



Boletim WRM 250

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Maio / Junho 2020

COVID-19: Um álibi para mais opressão, controle corporativo e destruição de florestas



Foto: GIGA

Solidariedade em ação.....	2
Nossa Opinião: Explorando a pandemia: lucros para empresas e elites.....	2
Povos Indígenas em Brasil lutam contra as políticas do governo... e a pandemia.....	7
Comunidades da África Ocidental e Central resistem às plantações industriais de dendezeiros, mesmo em épocas de pandemia.....	11
Indonésia: como a pandemia fortalece a imunidade da oligarquia das mineradoras e abre caminho para uma nova ditadura.....	17
Agroimperialismo em tempos de Covid-19.....	23
Brasil: Contra a Covid-19, economia feminista no campo e na cidade.....	27
A pandemia nas florestas da Índia: a intensificação dos ataques às comunidades.....	30
Reflexões do Comitê Consultivo do WRM em meio à pandemia de Covid-19.....	34

RECOMENDADOS

Papua: Violência contra povos indígenas e defensores das florestas.....	48
Índia: O impacto da Covid-19 e dos confinamentos sobre as comunidades que dependem das florestas Adivasi (indígenas).....	48
Superando a pandemia de Covid-19: lições da dulet.....	49

Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos:

CIMI - Amazônia Ocidental, Brasil; ativistas da Aliança Informal contra a Expansão das Plantações Industriais de Dendezeiros na África Ocidental e Central; Rede Indonésia de Incidência no Setor de Mineração (Jaringan Advokasi Tambang – JATAM), Indonésia; GRAIN; Sempre Viva Organização Feminista (SOF), Brasil; All India Forum of Forest Movements (AIFFM); membros do Comitê Consultivo do WRM; e membros do Secretariado Internacional do WRM

Solidariedade em ação

Este boletim especial deseja prestar uma homenagem a comunidades que dependem das florestas e famílias camponesas de todo o mundo que, apesar de todas as probabilidades e dificuldades decorrentes da pandemia da Covid-19 – incluindo as restrições ao deslocamento impostas pelos governos e os abusos das empresas e elites em busca de lucro – conseguiram praticar a solidariedade: desde organizar sistemas alternativos de proteção contra a disseminação do vírus, cozinhas coletivas, distribuição de alimentos aos necessitados e feiras que, respeitando o distanciamento social, fornecem alimentos saudáveis por preços justos, até acolher pessoas afetadas por desapropriações e despejos, apoiar mulheres e meninas que enfrentam violência, continuar resistindo à destruição de seus territórios ... E existem inúmeros outros exemplos. Nossa solidariedade a vocês.



COVID-19: Um álibi para mais opressão, controle corporativo e destruição de florestas

Nossa Opinião

Explorando a pandemia: lucros para empresas e elites



Foto: nacionwampis.com

Nos últimos meses, governos de todo o mundo implementaram medidas para conter a pandemia de Covid-19, como mandar as pessoas permanecerem em casa, fechar atividades, decretar toques de recolher e/ou estabelecer “distanciamento social” e quarentena. Frequentemente combinadas com declarações de estados de emergência, essas medidas têm graves impactos negativos no Sul global, onde a maioria das pessoas

depende muito da economia informal e sobrevive um dia de cada vez. Para muitas delas, o apoio dos governos tem sido errático, na melhor das hipóteses, e é impossível para essa maioria permanecer segura e isolada. A falta de informações precisas, adequadas e específicas para cada contexto sobre como impedir a propagação do vírus, e de estruturas de saúde bem equipadas, deixou as comunidades que dependem das florestas e comunidades camponesas, em particular, mais expostas do que nunca.

Outro lado da pandemia ficou cada vez mais visível: grandes empresas e elites que atuam no Sul global, principalmente em países com florestas, usaram a crise sanitária para enriquecer ainda mais e ampliar seu controle territorial.

As comunidades camponesas e as que dependem das florestas no Sul global têm um longo histórico de enfrentamento do desastre representado pelos investimentos impostos por empresas e elites em busca de lucro: apropriação de terras, erosão do solo e poluição da água, destruição de meios de subsistência, desmatamento em grande escala, aniquilação de espaços de vida, culturas e histórias, deslocamento forçado, violência, marginalização, criminalização, entre muitos outros. A “emergência” já fazia parte da vida dessas comunidades muito antes da pandemia de Covid-19.

Nesse contexto, as medidas dos governos para conter a disseminação do novo coronavírus estão apenas intensificando os impactos e as injustiças de um sistema econômico destrutivo, estabelecido há muito tempo. Essas medidas aprofundaram desigualdades extremas entre ricos e pobres, entre o Norte e o Sul, entre mulheres e homens, e entre comunidades brancas e não brancas. Em suma, os impactos dessas medidas são piores para aqueles que já enfrentam a violência do racismo, das diferenças de classe, do patriarcado e da opressão. E essas mesmas comunidades vulneráveis foram as mais afetadas pela devastadora doença Covid-19.

Em meio a inúmeras tragédias humanas, corporações e elites políticas estão abusando da situação com o objetivo de promover a apropriação de terras, reverter a legislação que protege territórios e pessoas, e aumentar seus lucros.

No Camboja, por exemplo, a gigante vietnamita da borracha Hoang Anh Gia Lai (HAGL) destruiu as florestas das comunidades indígenas Kreung e Kachok durante o confinamento nacional, afetando duas “montanhas espirituais” sagradas, além de áreas úmidas, florestas antigas, áreas tradicionais de caça e cemitérios. (1) Na Indonésia, dois agricultores foram mortos em março, em confrontos por causa de uma antiga disputa de terras com uma empresa de óleo de dendê na província de Sumatra do Sul. (2) No Panamá, Rengifo Navas, líder indígena Guna, condenou o aumento das invasões de terras e da mineração durante o confinamento, além de extração de madeira e caça ilegais em muitas comarcas (territórios indígenas). (3) No Peru, o povo indígena Wampi entrou com uma ação contra representantes da empresa de petróleo GeoPark, argumentando que ela estava ameaçando sua saúde e seu bem-estar ao permitir que trabalhadores não autorizados entrassem em seu território autônomo. (4) Em Uganda, agroindústrias apoiadas por forças policiais e militares se apossaram das terras de mais de duas dúzias de pequenos agricultores, apesar de haver uma ordem do governo para interromper os despejos em função da Covid-19. (5) Enquanto isso, um empreendimento conjunto das mineradoras gigantes Alcoa e Rio Tinto na Guiné, apoiado pelo Banco Mundial, transferiu mais de cem famílias para ampliar uma mina de bauxita durante o confinamento imposto pelo governo. Os moradores foram levados para

o topo de uma colina na qual a mineração já havia acontecido e não havia moradia, água, nem saneamento adequados, e onde as terras aráveis eram insuficientes e as oportunidades de subsistência, quase inexistentes. (6) E a lista não para.

Para piorar a situação, as ameaças, a violência, a criminalização, a perseguição e o assédio já enfrentados antes da pandemia pelas comunidades camponesas e florestais que resistem a operações destrutivas em seus territórios continuaram em ritmo acelerado. Na verdade, o confinamento representa um risco real para os ativistas comunitários, já que permanecer no mesmo local os torna facilmente identificáveis e vulneráveis a possíveis agressores. Em muitos países, a proteção aos ativistas por parte do Estado já era insuficiente e diminuiu muito, aumentando consideravelmente sua vulnerabilidade. Só na Colômbia, houve um aumento de 53% nos assassinatos de líderes sociais entre janeiro e abril de 2020. (7)

Além disso, sempre obedientes aos lobistas das empresas, que têm sido especialmente atuantes nesse período, os governos nacionais colocam o bem-estar delas antes do de seus cidadãos.

O setor de petróleo e gás está entre os mais agressivos em demandar apoio financeiro e desregulamentação, de acordo com o InfluenceMap, que rastreia e mede a influência de empresas sobre a política de combate às mudanças climáticas. (8)

Governos de vários países excluíram os chamados “serviços essenciais” das restrições de confinamento. Entre eles estavam mineração, combustíveis fósseis, óleo de dendê e plantações de madeira. Da Bolívia à Malásia, passando pela África do Sul, os trabalhadores foram forçados a arriscar sua saúde e o bem-estar de suas famílias e comunidades que vivem próximas a instalações de empresas. Essas “exceções” não têm nada a ver com prestar “serviços essenciais” à sociedade durante um confinamento. Elas visam manter os lucros das empresas.

Apesar dessa tendência a priorizar empresas e investimentos estrangeiros, os governos poderão em breve enfrentar uma enxurrada de ações judiciais de empresas exigindo compensação por medidas tomadas durante a pandemia. De empresas privadas de água a concessionárias de pedágios em rodovias ou empresas de serviços públicos, os acordos e contratos comerciais para investimentos internacionais expõem os governos ao litígio, mesmo durante uma pandemia global, simplesmente porque os lucros das empresas estão em risco. (9)

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) também aproveitam a pandemia para promover suas agendas

Apesar dos danos que causaram, principalmente em todo o Sul global, ao impor políticas neoliberais, planos de ajuste estrutural e condições para empréstimos, o Banco Mundial e o FMI agora se apresentam como “especialistas” prontos para guiar o mundo na crise da Covid-19. (10)

Essas organizações multilaterais buscam cumprir um papel importante nos processos de decisão dos governos em relação à direção econômica que os países tomarão. No entanto, ambas sempre cumpriram um papel fundamental na facilitação da privatização, das atividades altamente destrutivas das empresas, da financeirização da natureza e da

debilitação das redes de bem estar social dos países – incluindo os sistemas de saúde pública, cujo mal funcionamento está agora tão visível, entre muitos outros. Em outras palavras, são aliadas fundamentais na busca empresarial por lucros cada vez maiores.

O FMI respondeu a pedidos de ajuda emergencial de mais de 80 países. No entanto, os poucos empréstimos concedidos estão vinculados a condições polêmicas (ou seja, reformas que os países devem fazer antes da liberação do financiamento), como enfraquecer ainda mais as garantias trabalhistas e promover privatizações. (11) Por sua vez, o Banco Mundial está “ajudando” 100 países na luta contra a Covid-19, mas grande parte dessa ajuda foi destinada a clientes do Banco do setor privado, sem que tenha havido um compromisso destes clientes no sentido de impedir que essa ajuda seja desviada para fazer avançar a privatização do sistema público de saúde, uma política conhecida do Banco Mundial no passado. (12)

Mas coisas extraordinárias acontecem

Claramente, a maioria das respostas à pandemia por parte de governos nacionais e instituições financeiras não visava cuidar de pessoas ou trabalhadores, e sim ajudar empresas e apoiar as economias neoliberais. Também está claro que a pandemia de Covid-19 não é um evento isolado: o sistema capitalista-patriarcal, de classe e racista que domina nossas respectivas sociedades faz parte da atual situação de emergência, tanto quanto o próprio novo coronavírus.

E em grande parte, as pessoas que sentiram os impactos mais terríveis e prejudiciais desse sistema de busca de lucro são as mesmas que agora garantem que ninguém fique para trás. Coisas extraordinárias estão acontecendo em bairros e comunidades, como movimentos de pequenos agricultores que distribuem comida de graça a quem precisa, iniciativas comunitárias destinadas a impedir a disseminação do vírus, refeições coletivas preparadas e distribuídas em ruas, e feiras comunitárias auto-organizadas que possibilitam o distanciamento social enquanto fornecem alimentos saudáveis e atendem a necessidades básicas.

Se quisermos que esta crise represente uma mudança rumo a sociedades ecológica e socialmente justas, além de respostas coletivas que possibilitem um novo começo para economias que privilegiam o bem-estar das pessoas comuns em detrimento do lucro das empresas, a pandemia deve ser entendida como sintoma de uma emergência que a maioria da população mundial vive há muito tempo.

Nos meses que antecederam o surto de Covid-19, milhões de pessoas em todo o Chile se levantaram para protestar contra os impactos duros e brutais das políticas neoliberais naquela sociedade específica. Um grafite feito em uma parede durante esse período certamente se aplica hoje: *“Não podemos voltar ao normal, porque o normal que tínhamos era exatamente o problema”*.

(1) EcoBusiness, Vietnamese rubber giant razes indigenous lands as Cambodian government grapples with legacy land issues, junho de 2020, <https://tinyurl.com/y99facoh>

(2) Farmlandgrab, Land conflicts flare across South-East Asia during coronavirus lockdowns, maio de 2020, <https://www.farmlandgrab.org/post/view/29643>

(3) Servindi, Indígenas de Mesoamérica: “Vivimos una nueva ola de colonialismo”, junho de 2020, <http://www.servindi.org/actualidad-noticias/19/06/2020/edicion>

- (4) Servindi, Gobierno Wampis denuncia penalmente a funcionarios de GeoPark, junho de 2020, <http://www.servindi.org/actualidad-noticias/01/06/2020/gtanw-denuncia-penalmente-funcionarios-de-geopark>
- (5) Witness Radio, Multinationals use COVID-19 crisis to violently grab land of poor communities with impunity, abril de 2020, <https://witnessradio.org/multinationals-use-covid-19-crisis-to-violently-grab-land-of-poor-communities-with-impunity/>
- (6) IDI, World Bank-Backed Rio Tinto-Alcoa Joint Venture Relocates Guinean Village During Covid-19 Lockdown, junho de 2020, <https://tinyurl.com/y75ot2fe>
- (7) International Land Coalition, Land Defenders can't Catch a Break from Violence during Covid-19, <https://lac.landcoalition.org/en/noticias/covid-19-no-da-tregua-defensores-tierra/>; e El País, El asesinato de líderes sociales en Colombia crece un 53% en el primer cuatrimestre, maio de 2020, <https://elpais.com/internacional/2020-05-25/la-pandemia-no-frena-el-asesinato-de-lideres-sociales-en-colombia.html>
- (8) Desmog, Under Cover of Pandemic, Fossil Fuel Interests Unleash Lobbying Frenzy, abril de 2020, <https://www.desmogblog.com/2020/04/02/coronavirus-fossil-fuel-lobbying-trump-influencemap>; e InfluenceMap, The COVID-19 Crisis and Climate Lobbying, <https://influencemap.org/report/The-Coronavirus-Crisis-and-Climate-Lobbying-23249d39450ff19b441090a6a50174eb>
- (9) Corporate Europe Observatory, Cashing in on the pandemic: how lawyers are preparing to sue states over COVID-19 response measures, maio de 2020, <https://corporateeurope.org/en/2020/05/cashing-pandemic-how-lawyers-are-preparing-sue-states-over-covid-19-response-measures>
- (10) Reuters, IMF chief economist says 100 countries seek pandemic aid; more resources may be needed, abril de 2020, <https://www.reuters.com/article/us-imf-world-bank-imf-resources/imf-chief-economist-says-100-countries-seek-pandemic-aid-more-resources-may-be-needed-idUSKCN21W2UQ>
- (11) Research Gate, Softening the blow of the pandemic: will the International Monetary Fund and World Bank make things worse?, abril de 2020, https://www.researchgate.net/publication/340569889_Softening_the_blow_of_the_pandemic_will_the_International_Monetary_Fund_and_World_Bank_make_things_worse
- (12) CEPR, We Can't Trust the IMF and World Bank to Lead the COVID-19 Recovery, maio de 2020, <https://cepr.net/we-cant-trust-the-imf-and-world-bank-to-lead-the-covid-19-recovery/>

Povos Indígenas em Brasil lutam contra as políticas do governo... e a pandemia



Em meio à pandemia, grileiros e invasores se aproximam de aldeia Karipuna.
Foto: Chico Bata / Todos os Olhos na Amazônia

*“Sem ações efetivas para conter a pandemia entre os povos,
este governo também terá o título de genocida”
CIMI, Junho 2020*

Em uma reunião ministerial de abril 2020 em Brasília, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi flagrado através de um vídeo, que se tornou público em maio de 2020, declarando que o foco do público e da imprensa voltada para a pandemia da Covid-19 -que até hoje matou oficialmente mais de 55.000 pessoas no país- oferece uma distração durante a qual o governo pode "passar a boiada" no Brasil, "mudando todo o regramento e simplificando normas". (1)

A realidade é que o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro está tentando desmontar, de forma acelerada, os regulamentos de proteção das florestas, e os direitos constitucionais dos Povos Indígenas e quilombolas, além do desmonte do sistema de fiscalização ambiental. Isso terá gravíssimas consequências em todo o país, em especial na Amazônia, região com maior cobertura florestal e maior presença de Povos Indígenas no país. É importante lembrar que o governo Bolsonaro vem agindo assim desde seu primeiro dia de governo. (2) A atual pandemia é sua cobertura para intensificar ainda mais estes duros ataques à floresta e aos povos e populações que dela dependem.

No Brasil, os números oficiais de pessoas infectadas com a Covid-19 entre os Povos Indígenas não refletem a real extensão da pandemia. De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), até junho 2020, mais de 420 indígenas já morreram da Covid-19 e mais de 11,300 indígenas foram infectados em mais de 120 comunidades no Brasil. (3) Isso não é apenas extremamente desastroso para os Povos Indígenas, entendendo que cada povo tem sua cultura e histórias e que muitos de suas lideranças, sobretudo os mais velhos detentores da memória e sabedoria destes povos, estão desaparecendo com a pandemia. Mas a forma como as autoridades têm lidado com este

drama demonstra também como o governo do Bolsonaro é de fato um inimigo mortal destes povos e dos seus territórios de vida.

Somente no caso de um dos 305 povos que habitam no Brasil, o Povo Indígena Munduruku perdeu 10 dos seus sábios. “Sempre dizemos que são bibliotecas vivas”, disse Alessandra Munduruku, liderança do povo, “Tem sido muito doloroso.” (4) Em junho 2020, o cacique Raoni do povo Caiapó acusou o presidente Jair Bolsonaro de se aproveitar da pandemia da Covid-19 para “eliminar seu povo”. Da mesma forma, o cacique Ninawa, do povo Huni Kui, sendo uma das pessoas infectados pela Covid-19, teme o avanço da doença entre seu povo. (5)

Junto com o aumento do número de pessoas indígenas infectadas e mortos pela Covid-19 está o crescimento de assassinatos de lideranças e o aumento das invasões de madeireiros, garimpeiros, missionários evangélicos e grileiros nas terras indígenas. Sem dúvida, os riscos para os Povos Indígenas se ampliam na atual conjuntura com a possibilidade real de que estes invasores contaminem membros das comunidades. Pela característica da convivência coletiva, comum para a maioria dos povos, uma contaminação poderá significar um genocídio que nos remeterá a fatos não tão distantes na história colonial do continente.

O governo Bolsonaro publicou em abril a Instrução Normativa nº 9 que permite legalizar o crime de grilagem dentro de terras indígenas. Uma medida inconstitucional e criminosa, que agrava ainda mais a violência contra os Povos Indígenas e incentiva o aumento de crimes ambientais. (6)

No Vale do Javari, no Estado de Amazonas, missionários evangélicos estrangeiros fizeram voos de helicóptero para contatar Povos Indígenas em isolamento entre março e abril do 2020. Isso em plena pandemia global. Essas organizações estrangeiras tinham acabado de ganhar um poderoso aliado no governo brasileiro. Em fevereiro, antes do isolamento social, o governo de Bolsonaro nomeou o ex-missionário evangélico Ricardo Lopes Dias, que já fez parte da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), para chefiar o departamento da Funai, com responsabilidade administrativa pelos povos em isolamento. A nomeação foi criticada por organizações indígenas e membros da sociedade civil, e despertou atenção do Ministério Público Federal. (7)

Desmatamento + pandemia + fogos + militarização

De acordo com um estudo elaborado por pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Centro Nacional para Monitoramento de Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), a taxa de desmatamento entre agosto de 2019 e maio de 2020, já representa 89% da área desmatada no ano anterior, sendo que a época mais seca e de maior taxa de incêndios florestais ainda nem começou. Com o clima ficando mais seco, as áreas já desmatadas quando queimadas, podem causar incêndios descontrolados. O mesmo estudo destaca ainda que de agosto 2019 a maio 2020, foram detectados 78.443 focos de queimadas na Amazônia, quantidade maior que no mesmo período de 2018-2019. Conclui que com o aumento nas queimadas e o conseqüente aumento dos pacientes com doenças respiratórias, somado ao grande número de pacientes da COVID-19, tende a resultar numa procura muito maior por tratamento em unidades de saúde, podendo acarretar num colapso destes sistemas nos estados amazônicos, que já operam no limite devido à pandemia. (8)

Outra preocupação é a crescente militarização da Amazônia, devido ao grande número de militares presentes em cargos de chefia nas instituições ambientais e outros que tratam da questão indígena. Além disso, os militares receberam a tarefa de coordenador a suposta política de combate ao desmatamento do governo Bolsonaro. (9)

Num país onde os Povos Indígenas além de toda esta gravidade da atual conjuntura também enfrentam o racismo estrutural, o WRM conversou com os representantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) do regional Amazônia Ocidental. O CIMI é uma entidade que desde sua fundação em 1972 teve um papel fundamental em favorecer a articulação entre aldeias e Povos Indígenas o que resultou na promoção de grandes assembleias indígenas ainda na época da última ditadura militar (1964-1985). Deste processo surgiram centenas de organizações indígenas e o fortalecimento da luta pela garantia dos seus direitos e do processo de demarcação das terras indígenas no país.

WRM: Qual é a situação geral na Amazônia brasileira em relação a Covid-19 e os Povos Indígenas? Como os povos e suas articulações estão enfrentando a Pandemia?

CIMI: Chama atenção a desassistência por parte das autoridades, além do evidente despreparo da Secretaria de Assistência à Saúde Indígena – SESAI. Essa desassistência ganha contornos ainda mais graves porque as distâncias na Amazônia são gigantescas, isso significa que temos inúmeras comunidades e povos que não recebem assistência alguma. Os Povos Indígenas e suas organizações tem feito o possível para realizar o enfrentamento. Atuam principalmente na divulgação de medidas de prevenção e na orientação às pessoas para que tomem as medidas pessoais necessárias. No caso das populações indígenas, as medidas preventivas precisam ser mais específicas, já que por exemplo, cada povo tem seu jeito de se comportar e mesmo modos e rituais comunitários diferentes.

WRM: É evidente que desde o primeiro dia do seu mandato, o presidente Bolsonaro está fazendo um ataque frontal aos Povos Indígenas. Na sua perspectiva, qual é o objetivo das ações e medidas adotadas por seu governo?

CIMI: O governo Bolsonaro atua em três grandes pilares de ataques aos direitos dos povos originários, indígenas: 1) Atua no sentido de desconstitucionalizar, ou seja, alterar o previsto constitucionalmente e negar por completo os artigos 231 e 232 da constituição Brasileira; 2) Atua no sentido de desterritorializar, ou seja, não demarcar os territórios que estejam em processo, rever os já demarcados e abrir estes territórios ao mercado de terras; 3) Por fim, atua para “integrar” os povos, retornando a velha política dos militares, a integração nacional. Com esses três pilares o presidente pretende aniquilar os Povos Indígenas e liberar seus territórios ao mercado de terras e a mineração.

WRM: Sob o governo Bolsonaro, já temos visto um aumento das invasões de terras indígenas e das ameaças e violência contra os povos e seus apoiadores inclusive o CIMI. O que está acontecendo neste momento de pandemia? Os invasores são os mesmos atores ou existem outros?

CIMI: São os mesmos acrescidos de novos. Para termos uma ideia do que está acontecendo, quase dez mil propriedades inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais – estão sobrepostas a terras indígenas em diferentes fases de regularização ou a áreas com restrição de uso. É o que aponta levantamento divulgado pela Câmara de Populações Indígenas e Comunidade Tradicionais do Ministério Público Federal (6CCR/MPF). Só no Estado do Acre foram identificados 132 registros de propriedades privadas no CAR sendo todas em áreas indígenas. As invasões físicas propriamente ditas, ocorrem entre anos da seguinte forma: no primeiro ano os invasores organizam uma espécie de excursão à área a ser invadida e faz o levantamento do nível de aproveitamento, segundo suas intenções e seus interesses (madeira, pasto, cana, minério, soja...); No ano seguinte faz-se o desmate e somente no terceiro ano são realizadas as queimadas. Desta forma, invasões detectadas hoje podem ter ocorrido ainda em 2018. Essa estratégia visa dificultar a denúncia já que não raras vezes os titulares dos órgãos de fiscalização são remanejados provocando um constante reinício do processo e com isso a nulidade de ações pretéritas e atribuindo a não fiscalização aos antecessores. Na outra ponta o governo cria mecanismos para efetivar a regularização dessas áreas invadidas.

WRM: Como o governo e seus aliados estão aproveitando a pandemia para avançar nas suas pautas históricas buscando aprovar medidas, leis que violam frontalmente os direitos dos povos sobre seus territórios e as culturas indígenas?

CIMI: O governo tem aproveitado este momento de pandemia, em que os povos não tem como se articularem para manifestações, já que precisam permanecer em suas terras, em suas comunidades. Dessa forma o acompanhamento das medidas tomadas em Brasília [sede do governo federal] se torna muito difícil. Além disso, as reuniões deliberativas ou votações da pauta no Congresso são virtuais dificultando ainda mais o acompanhamento pelos povos e seus aliados. A estratégia é a defendida pelo Ministro do meio ambiente: “aproveitar a crise para passar a boiada.”.

WRM: Há maneiras como as pessoas e organizações dentro e fora do Brasil podem prestar solidariedade à luta dos Povos Indígenas nestes tempos difíceis na Amazônia?

CIMI: O lugar mais propício para a atuação solidária aos Povos Indígenas nestes tempos difíceis é a denúncia de violações de seus direitos à comunidade internacional. Quando temos oportunidades de encontrar com indígenas nesse período articulamos documentos e vídeos nas caixas eletrônicas de deputados, senadores e ministros. Estamos assistindo um verdadeiro genocídio e etnocídio dos Povos Indígenas e essa situação precisa chegar aos mecanismos internacionais de defesa dos Direitos Humanos.

(1) Mongabay, Brazil minister advises using Covid-19 to distract from Amazon regulation, May 2020, <https://news.mongabay.com/2020/05/brazil-minister-advises-using-covid-19-to-distract-from-amazon-deregulation/>

(2) Boletim do WRM, “O interesse nacional”: neofascismo na floresta Amazônica, janeiro 2020,

<https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/o-interesse-nacional-neofascismo-na-floresta-amazonica/>

(3) Plataforma de monitoramento da situação indígena na pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil, <https://covid19.socioambiental.org/>

(4) The Guardian, ‘We are facing extermination’: Brazil losing a generation of indigenous leaders to Covid-19, junho 2020, https://www.theguardian.com/global-development/2020/jun/21/brazil-losing-generation-indigenous-leaders-covid-19?CMP=Share_iOSApp_Other

(5) AFP Português, Raoni: Bolsonaro se aproveita da Covid-19 para eliminar indígenas, junho 2020, <https://www.youtube.com/watch?v=mUz-95vurBA>

(6) Emergência Indígena. Plano de Enfrentamento da Covid-19 no Brasil, <http://emergenciaindigena.apib.info/>

(7) Repórter Brasil, Organizações religiosas dos EUA mapeiam indígenas no Brasil e não interrompem ações com isolados mesmo durante a pandemia, junho 2020, <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/organizacoes-religiosas-dos-eua-mapeiam-indigenas-no-brasil-e-nao-interrompem-aco-es-com-isolados-mesmo-durante-a-pandemia/>

(8) INPE, CEMADEN, Note Técnica. O desafio do Brasil para conter o desmatamento e as queimadas na Amazônia durante a pandemia por Covid-19 em 2020: Implicações ambientais, sociais e sua governança, Maio 2020

(9) Amazônia notícia e informação. Combate ao desmatamento passa a ser coordenado pelo exército, maio 2020. <https://amazonia.org.br/2020/05/combate-ao-desmatamento-passa-a-ser-coordenado-pelo-exercito/>

Comunidades da África Ocidental e Central resistem às plantações industriais de dendzeiros, mesmo em épocas de pandemia



Membros da comunidade de Ijaw-Gbene, no Reino de Okumu, na Nigéria, que viram suas casas queimadas em maio de 2020 por agentes da Okomu Oil Palm Company Foto: Farmlandgrab

No meio de uma crise de saúde, as empresas de óleo de dendê estão se apresentando como doadoras benevolentes, com campanhas de marketing direcionadas à mídia nacional e internacional. É o caso dos países da África Ocidental e Central onde essas empresas operam. Essa propaganda oculta o fato de elas estarem se preparando para lucrar ou tirar outro tipo de proveito da pandemia: desde enfraquecer os direitos dos trabalhadores até exigir pacotes de ajuda econômicos e tratamento especial por serem “atividades essenciais”.

Desde 2013, o setor de dendê mira na África Ocidental e Central para implantar uma nova onda de expansão de suas plantações industriais. Naquela época, as estimativas chegavam a 4 milhões de hectares de terra através de grandes concessões feitas a empresas de dendzeiros, principalmente em Camarões, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Libéria, Nigéria e Serra Leoa. (1)

Enquanto isso, organizações de base, grupos comunitários e ativistas da região se reúnem desde 2013, em Camarões, Gabão, Serra Leoa e Costa do Marfim, para compartilhar experiências sobre os impactos devastadores dessas plantações de monoculturas sobre os meios de subsistência e o bem-estar das comunidades. Eles começaram a discutir as formas de melhor se organizar e resistir a essa invasão, o que culminou na criação da Aliança Informal contra a Expansão das Plantações Industriais de Dendzeiros na África Ocidental e Central.

A Aliança busca fortalecer a resistência das comunidades e a defesa de seus territórios contra a expansão das plantações. Essa resistência inclui o apoio a comunidades que reivindicam suas terras, o compromisso de garantir espaços seguros para as mulheres discutirem os impactos específicos das plantações industriais de dendezeiros em suas vidas e o envolvimento delas nessas lutas e na Aliança. A Aliança defende o uso tradicional do dendezeiro e a importância de florestas e savanas para o bem-estar das comunidades.

Em seus anos trabalhando juntos, os membros da Aliança compartilharam e aprenderam, uns com os outros, as muitas táticas que as empresas de dendezeiros usam para cometer atos ilegais e opressivos voltados a impor e expandir seus negócios. (2) As mulheres da Aliança, em particular, aumentaram a conscientização e compartilharam histórias sobre o aumento da violência sexual, do estupro e dos abusos enfrentados por mulheres e meninas – aspecto devastador das plantações industriais que costuma ser mantido em segredo. (3) Hoje em dia, as terras concedidas a empresas industriais de dendezeiros foram reduzidas a quase 2,5 milhões de hectares. A forte resistência das comunidades é um fator fundamental nas tentativas fracassadas das empresas de avançar na ocupação das terras que os governos prometeram reservar para plantações industriais.

Nesse contexto, o WRM perguntou a organizações e ativistas envolvidos na Aliança Informal sobre a situação dentro e em torno das plantações industriais de dendezeiros desde o início da pandemia de Covid-19, e com governos de toda a região implementando as chamadas medidas de emergência para enfrentá-la. Este artigo destaca as experiências dessas pessoas. Os testemunhos são mantidos no anonimato por razões de segurança.

Na **Costa do Marfim**, as plantações de dendê pertencentes à empresa **PalmCi** – uma subsidiária do **Grupo SIFCA** – estão localizadas no departamento de Aboisso. A empresa demitiu vários moradores da comunidade sem notificação prévia, citando como motivo as medidas de confinamento. Os trabalhadores que ainda têm emprego não recebem equipamentos de proteção para reduzir o risco de disseminar ou contrair o coronavírus. Uma mulher da região disse: *“Os moradores têm que se defender por conta própria, pois a empresa não fornece equipamentos de proteção. A situação é difícil para as comunidades que vivem dentro ou perto das plantações industriais.”*

Outra mulher falou sobre a situação preocupante do acesso à água: “Obter água potável em Yapokro é absolutamente impossível. A nossa situação já dura décadas e ninguém faz nada – apesar da presença da empresa, a PalmCi. Agora, com a Covid-19, posso dizer que a situação é ainda mais preocupante, já que bebemos a mesma água dos animais que vagam por toda parte à procura de comida. O pior de tudo isso é a água que a PalmCi nos fornece uma ou duas vezes por semana, porque a empresa divide a comunidade para distribuí-la. A água chega em caminhões-tanque muito sujos e não é adequada, pois provoca coceira no corpo todo depois que tomamos banho. Esse mesmo caminhão-tanque fornece água para as plantações. Então eu posso dizer que o povo de Yapokro não estava seguro antes, e não estamos seguros agora, com a Covid-19. É desanimador ver mulheres e crianças buscar água de manhã e de tarde. As tentativas de conseguir que a PalmCi nos trouxesse água não tiveram êxito; o chefe da comunidade me disse isso. Ele fez várias reclamações, mas elas não deram resultado ou, às vezes, resultaram em promessas nunca cumpridas. Eu sempre recebo a mesma resposta: o governo regional deve cuidar disso, e não a PalmCi, que é só uma empresa. Quando chove, toda a comunidade se alegra porque as mulheres vão coletar água da chuva para tarefas domésticas e outros usos. A vida cotidiana dos moradores de

Yapokro é preocupante; ao lançar um pedido de ajuda através da minha voz, eles estão simplesmente procurando uma solução.”

As mulheres envolvidas na Aliança têm se concentrado na questão dos abusos sofridos por mulheres devido à existência das plantações. Especificamente, elas se concentraram na violência enfrentada pelas mulheres que produzem óleo de dendê tradicional e que são assediadas e intimidadas regularmente pelos seguranças da empresa.

Duas mulheres foram presas recentemente na Costa do Marfim, acusadas de roubar frutos de dendê. Elas trabalhavam para a empresa e foram demitidas devido à Covid-19, sendo presas alguns dias após a demissão. Segundo uma delas, um segurança da empresa as viu e “[a] agarrou pelo rabo de cavalo e [a] arrastou por um longo percurso, maltratando-a, e depois cortou um galho para bater nela”. Ela continuou: “O estranho é que esse segurança conhece os nossos maridos; ele foi às nossas casas pedir desculpas a cada um deles por seu comportamento e parece que ele quer que esse caso não seja divulgado, que fique só entre eles. Eu perguntei pelo que ele estava se desculpando”. Elas foram libertadas, mas, como mães de seis e quatro filhos, respectivamente, estão em uma situação desesperadora. “Essa pandemia nos prejudica muito. A PalmCi é insensível e não faz absolutamente nada, exceto demitir pessoas injustamente. A Covid-19 e a PalmCi são um câncer para as comunidades da região.”

Em outro caso, dois funcionários da PalmCi atacaram recentemente uma mulher que coletava material para fazer vassouras, dentro de outra plantação da empresa. Os funcionários consideram que a plantação é propriedade da PalmCi e que, para retirar qualquer material dali, as pessoas devem pagar uma taxa no ponto de controle estabelecido na entrada das plantações – ou deixar o material para trás. Não surpreende que ocorram conflitos constantes em torno dessas demandas por pagamento nos pontos de controle.

No **Gabão**, uma parceria público-privada entre a multinacional do agronegócio **Olam** e o governo começou a desenvolver plantações industriais em 2012, em terras recebidas gratuitamente do Estado. Das plantações estabelecidas até o momento, seis blocos são de dendezeiros e um, de seringueiras. Com a ocupação de terras e florestas comunitárias pela Olam, o conflito entre pessoas e animais se agravou. Como florestas e savanas foram convertidas em plantações industriais, os elefantes agora invadem as roças das pessoas.

Em relação à maneira como os trabalhadores foram afetados pelas medidas de combate à Covid-19 que o governo adotou, um ativista do Gabão disse: “Às vezes, alguns funcionários não podiam ir trabalhar, pois o número de pessoas autorizadas a entrar no veículo era muito limitado. Portanto, os que não conseguiam embarcar recebiam salários mais baixos. E agora, as últimas notícias do órgão provincial do trabalho são de que cerca de mil trabalhadores – principalmente agrícolas – vão perder o emprego. Em outras palavras, a Olam está se aproveitando desta crise para se livrar desses funcionários e entregá-los a empresas terceirizadas que, infelizmente, os tratam ainda pior. Com a Olam, o tratamento já não é como deveria [...], e com as terceirizadas é ainda pior! É muito preocupante. Agora sabemos que, devido à pandemia, o Estado tomou algumas decisões e medidas para apoiar as empresas que terão problemas. Mas a Olam está indo além de tudo isso e, como resultado, serão perdidos empregos em benefício das terceirizadas, que não tratam melhor os trabalhadores.”

Antes da pandemia, as comunidades que viviam em torno das plantações de dendezeiros da Olam já denunciavam que a empresa não cumprira promessas e acordos que fez com as comunidades em termos de projetos sociais. O ativista gabonês continuou: *“Infelizmente, há comunidades que carecem de água. Existem algumas onde a Olam construiu poços, mas, infelizmente, esses poços não funcionam mais, as bombas não funcionam. Alguns funcionaram por um mês ou dois, mas depois pararam. E as pessoas sofrem com a falta de água, o que é crucial, já que sabemos que lavar as mãos com água limpa é obviamente uma das medidas para evitar a Covid-19. E os postos de saúde foram construídos sem medicamentos disponíveis. Ou seja, nós não temos medicamentos. Isso significa que, se houver um caso positivo ou alguém ficar doente, as pessoas terão apenas tratamentos tradicionais. E por falar em tratamentos tradicionais, como muitas comunidades perderam suas áreas florestais, elas não têm mais acesso à floresta. Bom, as coisas vão ficar difíceis. E sem atendimento de saúde e sem florestas, como elas serão tratadas? Será muito difícil para elas.”*

Duas grandes empresas operam na **Nigéria**, onde as comunidades estão sendo despejadas, perseguidas e presas. Seus direitos estão sendo gravemente prejudicados pela conversão de terras agrícolas e florestas em plantações de dendezeiros. A **Wilmar**, uma das maiores empresas de plantações do mundo, possui mais de 100 mil hectares de terras no estado de Cross River, enquanto a **Socfin** opera no estado de Edo.

A Socfin é uma holding com sede em Luxemburgo, de propriedade de duas famílias europeias ricas: Hubert Fabri (Bélgica) e Vincent Bolloré (França). A empresa controla um total de 400 mil hectares de terra em dez países africanos. Na Nigéria, o grupo Socfin é dono da **Okomu Oil Palm Company (OOPC)**, controlando 33 mil hectares. (4)

Em 20 de maio de 2020, no meio da pandemia, funcionários da Okumu Oil Palm Company incendiaram as casas dos moradores no Reino de Okumu. É a quarta vez que uma comunidade é incendiada em conexão com a expansão das plantações da empresa. Agora, mais de 80 pessoas ficaram desabrigadas e foram forçadas a procurar abrigo em comunidades e igrejas próximas, sendo expostas a riscos ainda maiores à saúde durante uma pandemia global. Um morador disse: *“Muitas vezes, os seguranças da empresa vinham e nos assediavam com acusações de roubar frutos de dendê da empresa; outras vezes, Asemota, o chefe dos seguranças terceirizados, vinha à comunidade e ameaçava ‘dar um jeito’ no problema antes que virasse uma manifestação.”* Um morador de 16 anos disse: *“Eu tinha acabado de acordar hoje de manhã e fui até o rio ver o meu anzol. Quando eu me dei conta, seguranças da OOPC e soldados estavam chegando. E eles vinham atirando, então eu corri para o mato. Ai eles queimaram as nossas casas, todos os meus livros da escola, e uniformes escolares e outros pertences. Eu fiquei só com a roupa do corpo. Então, queremos que as pessoas venham nos ajudar.”* Os moradores não podem sequer ir à cidade para registrar queixas devido às restrições ao deslocamento como resultado das medidas de emergência do governo para a pandemia. (5)

Em **Gana**, as plantações industriais de dendê pertencentes à **Socnaf** (outra empresa de propriedade da **Socfin**) afetam nove comunidades. A empresa diz que adquiriu direitos de concessão sobre 17 mil hectares, mas as comunidades afirmam que a quantidade de terras retiradas delas foi maior. Um ativista ganense declarou: *“Nos últimos seis anos, a Socfin tem empregado muitos membros da comunidade como trabalhadores temporários, e criou um sistema no qual os contratava por três meses, depois renovava por mais três meses e mais*

três; tem sido assim nos últimos seis anos. Em Gana, se uma empresa contrata alguém por mais de três meses, essa pessoa se torna empregada permanente, e não é mais temporária. E agora, aparece a Covid-19. Por ter que seguir o distanciamento social, a Socfin realmente liberou, quando não demitiu, todos os trabalhadores temporários, sem aviso prévio, sem pagamento. Eu testemunhei isso pessoalmente. Eu estava lá.” Ao mesmo tempo, esse ativista condena as táticas de violência e intimidação usadas pelos seguranças da empresa. Ele disse que “um jovem da comunidade de Adanse – uma das mais afetadas pelas plantações – foi pescar dentro dos limites da concessão da empresa. Sua moto foi confiscada e destruída pelos seguranças. Agora, a questão está no tribunal local.”

Em **Camarões**, a **Socapalm** (outra empresa de propriedade da **Socfin**) é uma das principais plantadoras de dendezeiros. As concessões da empresa ocupam um total de 50 mil hectares, as comunidades estão completamente cercadas por essas plantações, e os moradores não têm acesso à terra para cultivar alimentos. As plantações invadem até cemitérios. Devido ao tamanho das trincheiras que a empresa cavou em torno das plantações, muitos moradores precisam caminhar mais de sete quilômetros para chegar a um lugar onde possam plantar alimentos. Quem pegar um fruto de dendê que tenha caído do caminhão da empresa corre o risco de ser preso.

Denunciar a violência contra as mulheres que vivem nas plantações da Socapalm tem sido importante para as envolvidas na Aliança Informal em Camarões. Elas documentaram vários casos e pediram às representações da Socfin no país e na Suíça que ajam para garantir que as mulheres não sejam mais expostas à violência sexual nas plantações da empresa ou nas proximidades.

Neste período da Covid-19, muitos trabalhadores foram mandados para casa, de licença não remunerada, sem qualquer compensação, principalmente aqueles que são empregados temporários. Os que não foram demitidos pela empresa são transportados em ônibus lotados, sem nenhuma proteção pessoal. Em alguns países, os trabalhadores se deslocam todos os dias entre grandes cidades, como Douala, em Camarões, e as plantações. Isso representa riscos para eles, suas famílias e os moradores. (6)

Trabalhadores e comunidades afetadas pelas plantações da Socfin na Nigéria, em Camarões e em Gana têm dificuldades de sobreviver, mesmo em condições “normais”. Eles veem a empresa violando seus direitos e negando seu acesso à terra da qual dependem para sobreviver. Nas condições da pandemia, a situação tornou-se insuportável para muitos deles. Enquanto isso, somente em 2019, os principais acionistas e diretores da Socfin deram a si próprios 30 milhões de euros em dividendos, de um total de lucro líquido de 47 milhões. (7)

Na **RD do Congo**, em meio à pandemia de Covid-19, direitos de concessão contestados sobre mais de 100 mil hectares de terras mantidas pela congoleza **Plantations et Huileries du Congo (PHC)** estão sendo entregues a uma empresa obscura, registrada no paraíso fiscal das Ilhas Maurício. As comunidades na República Democrática do Congo insistem em que a atual proprietária da PHC – a empresa canadense **Feronia Inc** – e suas antecessoras da era colonial – Unilever e Levers Brothers – adquiriram os direitos de concessão de forma ilegal. Elas dizem que nunca deram consentimento ao roubo de seus dendezeiros por empresas de plantações industriais. Além disso, os trabalhadores das plantações da empresa trabalham em péssimas condições e recebem abaixo do salário mínimo. Apenas

alguns meses atrás, várias das casas que a empresa fornece aos trabalhadores desabaram em um dos três locais de plantio, em Boteka. Os conflitos têm sido numerosos e mortais; a última vítima foi um ativista comunitário, morto por um segurança da empresa em 2019.

Um ativista da RD do Congo disse que a empresa está lucrando com a pandemia ao “*aposentar muitos trabalhadores das plantações sem pagar tudo o que deve*”. Embora pague milhões a suas equipes administrativas na Europa e na capital congoleza, Kinshasa, a empresa afirma que não pode pagar os salários integrais aos trabalhadores aposentados porque nenhuma verba foi reservada para isso.

No início de 2020, as comunidades da área de Basoko, onde está localizada a plantação de Lokutu, deram um passo importante rumo à recuperação de suas terras ancestrais ao começar a retomar o controle sobre partes de seu território. Quando, sob o disfarce de medidas contra a Covid-19, a empresa começou novamente a atrasar o pagamento de salários e a restringir a disponibilidade de óleo de dendê para as comunidades cercadas pelas plantações, estas passaram a tomar a produção de óleo de dendê em suas próprias mãos, introduzindo sistemas tradicionais e artesanais de colheita e produção. As condições atuais de trabalho são muito melhores nessas áreas do que quando elas eram administradas pela Feronia. Além disso, como os onerosos escritórios da empresa em Kinshasa e Londres não estão envolvidos, todo o valor gerado por esse trabalho permanece nas comunidades. Um gerente comunitário da operação declarou: “*Com acesso a essas terras, nós conseguimos retomar a nossa produção de óleo de dendê, que foi violentamente interrompida pela colonização. Desde o início da semana, só eu vendi 15 tambores de óleo, o que me dá 300 mil francos congolezes (150 dólares) de lucro. Isso é sete vezes o que se conseguia ganhar trabalhando com muito esforço para a empresa, durante um mês.*” (8)

(1) GRAIN, Communities in Africa fight back against the land grab for palm oil, 2019,

<https://www.grain.org/en/article/6324-communities-in-africa-fight-back-against-the-land-grab-for-palm-oil>

(2) A Aliança Informal, WRM e GRAIN, 12 táticas que as empresas de óleo de dendê usam para tomar terras de comunidades, 2019, <https://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/livro-publicacao-12-taticas-que-as-empresas-de-oleo-de-dende-usam-para-tomar-terras-de-comunidades/>

(3) A Aliança Informal, Rompendo o silêncio: As plantações industriais de dendezeiros e seringueiras geram assédio, violência sexual e abuso contra as mulheres, 2019, <https://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/rompendo-o-silencio-as-plantacoes-industriais-de-dendezeiros-e-seringueiras-geram-assedio-violencia-sexual-e-abuso-contra-as-mulheres/>

(4) GRAIN, Unravelling the Socfin/Bolloré plantations, thanks to Profundo, April 2020,

<https://www.grain.org/en/article/6443-unravelling-the-socfin-bollore-plantations-thanks-to-profundo>

(5) Farmlandgrab, Another terror attack on local communities by Okomu Oil Palm Plantation Plc, June 2020, <https://www.farmlandgrab.org/post/view/29694-another-terror-attack-on-local-communities-by-okomu-oil-palm-plantation-plc>

(6) Farmlandgrab, We demand justice and safety for workers on Socfin’s rubber/oil palm plantations during the Covid-19 pandemic, April 2020, <https://www.farmlandgrab.org/29602>

(7) GRAIN, "Business as usual" at Socfin and Bolloré..., May 2020,

<https://www.grain.org/en/article/6468-business-as-usual-at-socfin-and-bollore>

(8) WRM, DR Congo: Communities take back control over land stolen from them and urge the oil palm company Feronia to confirm their announcement to “abandon” the land, June 2020, <https://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/dr-congo-communities-take-back-control-over-land-stolen-from-them-and-urge-the-oil-palm-company-feronia-to-confirm-their-announcement-to-abandon-the-land/>

Indonésia: como a pandemia fortalece a imunidade da oligarquia das mineradoras e abre caminho para uma nova ditadura



Mulheres e estudantes protestam contra a empresa de mineração de níquel PT Gema Kreasi Perdana, Harita Group. Foto: JATAM

Enquanto cada pessoa se esforça para cuidar de sua própria saúde, muitas empresas estão se aproveitando das medidas do governo supostamente voltadas a enfrentar o surto de Covid-19, principalmente as mineradoras.

Em 2018, havia 8.588 licenças de mineração na Indonésia. As seis províncias onde essas atividades são mais intensas são Kalimantan do Sul e Oriental, Sumatra do Sul (dominadas por concessões de minas de carvão), Celebes do Sul e Central, e Bangka-Belitung (onde predomina a extração de outros minerais, como estanho, cobalto e níquel). A mineração se tornou uma das principais causas de desmatamento no país e está penetrando em um número cada vez maior de territórios, incluindo as chamadas Áreas Protegidas. Essa expansão também está relacionada à crescente demanda mundial pela transição a uma economia “limpa” e “verde”, incluindo zonas industriais para produção de baterias e outras tecnologias relacionadas. A mineração também é uma fonte de conflitos sociais e devastação constantes e muitas vezes violentos.

Aos magnatas da mineração no país, a pandemia ofereceu ampla oportunidade para lucrar e pressionar por uma regulamentação destrutiva, em seu próprio benefício. Eles representam grandes riscos para os defensores da Terra, que já enfrentavam ameaças constantes por meio de táticas mais violentas, que escapam aos olhos (do público).

Primeiro, as empresas de mineração expõem trabalhadores e comunidades deliberadamente aos perigos da pandemia ao continuar suas operações comerciais com o rótulo de “negócios essenciais”.

As comunidades que vivem em áreas adjacentes e/ou próximas às minas estão inquietas. A empresa PT Dairi Prima Mineral (PT DPM) em Dairi, Sumatra do Norte, continua operando, trazendo trabalhadores de fora da região e provocando ansiedade nas comunidades. Da mesma forma, em Banyuwangi, Java Oriental, apesar dos persistentes protestos das comunidades, a mineração de ouro da PT Bumi Suksesindo (PT.BSI) segue ativa. Na

verdade, depois de ter destruído o Monte Tumpang Pitu com essas operações, a PT.BSI agora está de olho no (ainda) preservado Monte Salakan.

Da mesma forma, apesar das polêmicas, a zona industrial de produção de baterias continua operando em Morowali, Sulawesi Central e no Parque Industrial Indonésio de Morowali (IMIP, na sigla em inglês), bem como no Parque Industrial Indonésio de Weda Bay (IWIP), em Halmahera, nas Molucas do Norte. O Ministro Coordenador de Assuntos Marítimos e Investimentos, Luhut Binsar Panjaitan, continua facilitando a entrada de chineses para trabalhar na Indonésia.

Porém, os afetados não são apenas os moradores e as comunidades próximas, a classe trabalhadora como um todo também se tornou vítima dessa política. Trabalhadores infectados foram encontrados, por exemplo, em barcos tradicionais (*bangka*) usados nas atividades de extração de estanho da PT Timah, na província de Bangka-Belitung, no complexo de mineração da gigante do carvão Kaltim Prima Coal (PT.KPC), na grande mina de ouro da Indo Muro Kencana em Kutai Leste, em Kalimantan Central, e na “província mineradora” de Molucas do Norte, um dos centros da extração de níquel e onde está localizado um dos principais complexos industriais de baterias para veículos elétricos da Indonésia. (1)

Em Mimika, Papua, a situação dos trabalhadores da mineração de ouro e cobre da PT Freeport Indonesia (FI) é ainda mais preocupante. Oficialmente, foram identificados até 150 casos positivos de Covid-19, (2) incluindo parentes dos trabalhadores. (3)

Desde o início do surto, o governo regional, através do regente de Mimika, do Sindicato dos Trabalhadores em Mineração, Química e Energia (SP-KEP) e do Sindicato dos Trabalhadores de Toda a Indonésia (SPSI), exigiu que as operações de mineração fossem suspensas, argumentando que forçar os trabalhadores a permanecer na área em condições insalubres é um tipo de escravidão e um ato de flagrante indiferença em relação à sua vida e à sua segurança.

Em 2018, apenas em lucros, a PT FI registrou 1,28 bilhão de dólares (18 trilhões de rúpias). Treze representantes e diretores da PT FI possuem salários que totalizam 4,9 milhões de dólares (70 bilhões de rúpias) – o mesmo valor do orçamento da Regência de Tangerang, em Java, para lidar com a Covid-19.

A cláusula 113 da Lei de Mineração de Carvão e Minerais (Lei Minerba), que regulamenta a possibilidade de interrupção temporária de operações devido a emergências, incluindo emergências epidêmicas, até agora não foi aplicada para proteger comunidades e trabalhadores da mineração.

Terra, Água, Ar, Florestas e Saúde são essenciais. Mineração não é.

Segundo, as mineradoras continuam impondo violência organizada a comunidades e defensores da Terra, que estão à frente da resistência, apesar da pandemia.

Ano a ano, a curva de violência contra comunidades e defensores da Terra na Indonésia continua subindo. Segundo dados registrados pela Rede Indonésia de Ativistas do Setor de

Mineração (JATAM), de 2014 a 2019, houve 71 conflitos e 40 casos de criminalização de cidadãos e defensores do meio ambiente, e 210 pessoas foram criminalizadas. (4)

Morte, agressão, criminalização, intimidação e terror fazem parte da violência organizada que ocorre no setor de mineração, e são levados a cabo por vários atores, incluindo forças de segurança do Estado, funcionários de empresas ou agentes pagos por elas, como pistoleiros.

Essa violência continua durante o confinamento na Indonésia, com vários incidentes registrados. Em Banyuwangi, Java Oriental, membros de comunidades que protestavam contra a PT BSI, de Mount Tumpang Pitu a Mount Salakan, acamparam desde o final de 2019 até a pandemia de Covid-19. Eles sofreram dois ataques físicos consecutivos por parte de mercenários pagos pelas empresas, da polícia e do Exército Nacional Indonésio, que dispersaram suas barracas, usando as medidas de emergência da pandemia como desculpa. Isso aconteceu enquanto as operações de mineração continuavam ocorrendo sem nenhuma complicação.

Nas montanhas cársticas de Kendeng, nas regências de Pati e Rembang, Java Central, camponesas do movimento de Kendeng, que organizavam protestos pacíficos contra onze operações ilegais de mineração de calcário, foram intimidadas por homens que trabalham para a mina. Sabe-se que as operações dessas minas estão ligadas à polêmica cadeia de fornecimento de cimento, a saber, da PT Semen Indonesia (PT SI). As operações da PT SI estão localizadas em uma área de lençol freático e nos ecossistemas cársticos, ameaçando a água usada na agricultura e os alimentos dos moradores.

O mesmo aconteceu em Samboja, em Kutai Kartanegara, Kalimantan Oriental. Para interromper as operações, moradores furiosos queimaram escavadeiras usadas na mineração de carvão. (5) Isso foi feito porque as máquinas chegaram à beira do reservatório de Samboja, principal fonte de irrigação agrícola para os moradores de Kutai Kartanegara, que foram intimidados por pistoleiros suspeitos de terem apoio e proteção da polícia.

Ironicamente, essas coisas aconteceram exatamente no momento em que o presidente Jokowi fez um apelo na mídia para que as pessoas garantissem a segurança alimentar em suas respectivas regiões, a fim de se precaver em relação a déficits alimentares resultantes das mudanças climáticas e da pandemia. Que apelo falso e contraditório!

Essa violência organizada também afeta a classe trabalhadora. Vários trabalhadores foram presos ao protestar contra o complexo industrial da IWIP em Halmahera, durante a celebração do Dia Internacional dos Trabalhadores (1º de maio de 2020). Essas prisões provocaram uma onda de solidariedade em todo o país, que se mantém até hoje. (6)

No contexto dessa “emergência civil” em torno da pandemia de Covid-19, surgiu uma série de táticas prejudiciais e ameaçadoras. Kapolri (Supervisor dos chefes nacionais de polícia) emitiu uma nota reforçando a segurança cibernética e física, incluindo a mobilização de centenas de milhares de policiais e militares para o “novo normal”. Isso representa enormes ameaças à liberdade, à democracia civil e até às lutas ambientais.

A perpetuação de uma emergência pode abrir caminho para uma ditadura que ampliará a violência organizada contra a sociedade.

Terceiro, as empresas de mineração se colocam descaradamente como heroínas durante a pandemia. O fornecimento de doações, logística e dispositivos de saúde tenta encobrir suas práticas sujas na mineração.

No final de março de 2020, a Associação de Mineradoras de Carvão da Indonésia (APBI) doou 540 bilhões de rúpias (mais de 38 milhões de dólares) coletados de empresas-membros, como Adaro e o Grupo Bakrie (PT Kaltim Prima Coal & PT Arutmin Indonesia). Mas essas mesmas empresas têm um histórico de abandono das minas mais tóxicas, aparecendo como epicentros de conflitos com moradores próximos e povos indígenas, e inclusive vários escândalos relacionados ao fluxo monetário e tributário.

Quase todas as mineradoras conhecidas têm programas de responsabilidade social corporativa (RSC) e já deram assistência e dinheiro para moradores durante a pandemia, incluindo equipamentos de proteção individual, alimentos básicos, instalações para lavar mãos, kits para testes, entre outros. (7)

No entanto, antes da pandemia, algumas dessas mesmas empresas de mineração e baterias elétricas – a saber, PT Huayue Cobalt Co. Ltd, PT HPAL, PT Tsing Shan e Brunp Recycling Technology – solicitaram licenças para descarte de rejeitos ou resíduos de mineração em águas marinhas profundas. Essas empresas planejam descartar seus resíduos nas águas das Ilhas Obi, na província de Molucas do Norte e nas águas de Morowali, em Sulawesi Central, (8) sacrificando os meios de subsistência de moradores do litoral, pescadores e povos indígenas em pequenas ilhas, bem como as diversas áreas do triângulo dos corais.

O Ministério da Coordenação Marítima, que supervisiona o planejamento dessa atividade, apresentou essas mineradoras como heroínas que se ergueram para ajudar a Indonésia neste momento difícil da pandemia de Covid-19, com o objetivo de promover a indústria de mineração.

Essas atitudes são estratégias de marketing político.

Quarto, durante a pandemia, as empresas receberam benefícios que garantem sua segurança e seu bem-estar, suspendem o controle público e facilitam o licenciamento de investimentos em mineração.

O salvamento das mineradoras começou com a extensão do incentivo fiscal do Ministério da Regulamentação Financeira (PMK) nº 23/2020, para contribuintes afetados pelo surto de coronavírus, em março de 2020, que inclui as diversas commodities ao longo da cadeia produtiva da mineração. Em abril de 2020, a regulamentação foi ampliada de onze para dezenove setores por meio da portaria nº 44/2020 do PMK.

A ampliação dos incentivos por parte de Sri Mulyani, o Ministro das Finanças, incluiu benefícios fiscais sobre exportação e importação, facilidades para importação-exportação (KITE) a determinadas destinações e incentivos ao parcelamento de impostos devidos pelas empresas. Por meio desses incentivos, cerca de 35 trilhões de rúpias (2,5 bilhões de dólares) (9) em dinheiro público estão sendo canalizados às mineradoras.

Usando a pandemia como desculpa, entre fevereiro e março de 2020, várias instituições, como a Câmara de Comércio e Indústria da Indonésia (KADIN), Associações de Mineração de Carvão, como ICMA e APBI, bem como o Ministério de Energia e Recursos Minerais (ESDM), tentaram revogar a obrigação de usar navios nacionais para exportar carvão com o objetivo de incentivar as exportações. Embora seja regulamentada pela portaria nº 82/2017 do Ministério do Comércio (*Permendag*), essa obrigação está em vigor desde 1º de maio de 2020. (10)

Então, de março a abril de 2020, a Associação Indonésia das Mineradoras de Níquel (APNI) também pediu que o governo facilitasse as exportações de níquel de baixo teor, apesar de ela ter sido proibida desde janeiro de 2020, pois seguia a regulamentação do setor de transformação de produtos da mineração, tendo que processar o mineral no país. (11)

No final de maio de 2020, o diretor executivo da Associação Indonésia da Mineração de Carvão (APBI), Hendra Sinadia, chegou a enviar ao governo um pedido para relaxar os pagamentos de royalties do carvão, alegando que a pandemia havia deprimido os preços das commodities devido ao excesso de oferta no mercado. A APBI pediu ao governo que alterasse a regulamentação para garantir a segurança dos empreendedores de carvão. (12)

Além disso, essa desregulamentação da indústria de mineração e carvão, reapresentada com o nome de Projeto de Lei do Emprego (Lei Ciptaker) e Revisão da Lei de Mineração de Carvão e Minerais (Lei Minerba), é de um oportunismo dos mais absurdos. Ambos beneficiam o setor de mineração e a letal energia de carvão com vários incentivos. A discussão provocou protestos que, apesar da pandemia, continuam.

A nova versão da Lei Minerba também abole o artigo 165, sobre atos criminosos e punição de funcionários públicos por corrupção. Propõem-se a definição de um território legal de mineração que permita áreas ilimitadas, com ampliação automática – sem qualquer leilão ou possibilidade de reduzir a área de uma empresa gigante de carvão. A extensão automática se aplica a várias empresas de carvão cujas licenças expirarão em breve, como PT Kaltim Prima Coal (KPC), Arutmin, Adaro, Kideco Jaya Agung, Berau Coal e Multi Harapan Utama (MHU). A desregulamentação do setor de mineração está sendo discutida na forma de políticas que garantam a segurança e o bem-estar do setor, sem nenhuma consideração pela segurança e os direitos das pessoas e/ou natureza.

Essas quatro tendências e padrões mostram como o setor de mineração continua se beneficiando da pandemia, enquanto destrói a imunidade social ecológica em todo o arquipélago indonésio.

Imunidade para a oligarquia e nova ditadura

Por trás do negócio está o controle e a acumulação de lucros que concentrarão mais riqueza e poder nas mãos dos oligarcas da mineração. É a imunidade deles que se fortalece cada vez mais.

Atrás de várias gigantes que se beneficiaram da Lei de Mineração de Carvão e Minerais (Lei Minerba), como a PT Adaro Indonesia, estão os nomes das famílias Thohir, Garibaldi ou Boy Thohir, que controlam as empresas. Enquanto isso, Erick Thohir tornou-se Ministro das Empresas Estatais, e seu silêncio em relação à extensão automática das concessões às

empresas, que tem relação com os negócios de sua família, indicou um suposto conflito de interesses que envolve as últimas eleições no país. Da mesma forma, a PT Arutmin e a PT Kaltim Prima Coal (KPC) renovaram as forças e a imunidade através da nova versão da Lei Minerba. E assim, a corrupção continua, e os envolvidos são sempre os mesmos.

O dinheiro público é usado para fortalecer não a imunidade social e ecológica nos vários locais de mineração, e sim a imunidade da oligarquia empresarial, proporcionando subsídios, incentivos e resgates às mineradoras. No final, a imunidade social e ecológica diminuirá muito, enquanto a das oligarquias empresariais aumentará rapidamente. **Essa imunidade implica mobilizar a violência organizada em nome do combate aos efeitos da pandemia de Covid-19 e do discurso sobre o “novo normal”.**

Se a situação chegar a esse ponto, todos devemos ter cuidado com os oligarcas empresariais que sequestram a democracia ao perpetuar emergências. Essa situação abrirá caminho para a instalação de uma **nova ditadura – agora sob a bandeira do capitalismo de mineração.**

Este artigo foi escrito em comemoração ao Dia Antimineração (Hari Anti-Tambang), em 29 de maio de 2020, e ao Dia do Meio Ambiente, em 5 de junho de 2020.

*Merah Johansyah Ismail,
Coordenador da Rede Indonésia de Incidência no Setor de Mineração (Jaringan Advokasi Tambang – JATAM)*

- (1) Babelpos, Satu Warga Desa Payung Positif Covid-19, Klaster Kapal Keruk PT Timah, junho de 2020, <https://babelpos.co/2020/06/02/2136/>; Akurasi, Duduk Perkara Karyawan KPC Positif Corona Sepulang dari India, Keluarga Masuk Pemantauan, abril de 2020, <https://www.akurasi.id/duduk-perkara-karyawan-kpc-positif-corona-sepulang-dari-india-keluarga-masuk-pemantauan/>; Kalimantan, 7 Pekerja Tambang di Kalimantan Timur positif Covid-19, junho de 2020, <https://kalimantan.bisnis.com/read/20200609/407/1250032/7-pekerja-tambang-di-kalimantan-timur-positif-covid-19>; ProSampit, Empat Karyawan PT IMK Positif Covid-19, maio de 2020, <https://sampit.prokal.co/read/news/28319-empat-karyawan-pt-imk-positif-covid-19.html>; MalutPost, 23 Karyawan Tambang di Malut Positif Corona, junho de 2020, <https://malutpost.id/read/23-karyawan-tambang-di-malut-positif-corona>
- (2) The Jakarta Post, Freeport cuts workforce at Grasberg mine as coronavirus cases in area rise, maio de 2020, <https://www.thejakartapost.com/news/2020/05/18/freeport-cuts-workforce-at-grasberg-mine-as-coronavirus-cases-in-area-rise.html>
- (3) Detik News, 124 Pekerja Freeport di Papua Positif Corona, 2 Orang Meninggal, maio de 2020, <https://news.detik.com/berita/d-5031640/124-pekerja-freeport-di-papua-positif-corona-2-orang-meninggal>
- (4) Tirto, Selama Periode Awal Jokowi Ada 71 Konflik Tambang, kata Jatam, janeiro de 2020, <https://tirto.id/selama-periode-awal-jokowi-ada-71-konflik-tambang-kata-jatam-eqW9>
- (5) Kaltimkece, Gali Perkara di Tengah Corona, Warga Bakar Alat Berat, Penambang Balik Mengancam, April 2020, <https://kaltimkece.id/warta/lingkungan/gali-perkara-di-tengah-corona-warga-bakar-alat-berat-penambang-balik-mengancam>
- (6) SPNews, Buruh Kritis Terhadap Perusahaan Tambang Ditangkap Polisi, maio de 2020, <https://spn.or.id/buruh-kritis-terhadap-perusahaan-tambang-ditangkap-polisi/>
- (7) TribunKaltim, Indo Tambangraya Megah dan Semua Anak Usaha Spontan Meringankan Beban Masyarakat Akibat Covid-19, maio de 2020, <https://kaltim.tribunnews.com/2020/05/09/indo-tambangraya-megah-dan-semua-anak-usaha-spontan-meringankan-beban-masyarakat-akibat-covid-19>; Republika Pengusaha China Sumbang Indonesia Alkes Tangani Covid-19, março de 2020, <https://republika.co.id/berita/q7t6wq320/pengusaha-china-sumbang-indonesia-alkes-tangani-covid19>
- (8) Mongabay, Jatam dan Kiara: Pemerintah, Jangan Izinkan Perusahaan Buang Tailing ke Laut, março de 2020, <https://www.mongabay.co.id/2020/03/12/jatam-dan-kiara-pemerintah-jangan-izinkan-perusahaan-buang-tailing-ke-laut/>
- (9) OkeFinance, Revisi PMK Nomor 23, Sri Mulyani Beri Insentif Rp35 Triliun untuk 18 sektor Industri, April 2020, <https://economy.okezone.com/read/2020/04/22/20/2203116/revisi-pmk-nomor-23-sri-mulyani-beri-insentif-rp35-triliun-untuk-18-sektor-industri>

(10) Investor Daly, APBI Minta Pemerintah Evaluasi Kebijakan Kapal Nasional, maio de 2020, <https://investor.id/business/apbi-minta-pemerintah-evaluasi-kebijakan-kapal-nasional>

(11) AP3I, Ada Corona, Penambang Nikel Minta Keran Ekspor Kembali Dibuka, abril de 2020, <https://www.ap3i.or.id/News/News-Update/Ada-Corona-Penambang-Nikel-Minta-Keran-Ekspor-Kembali-Dibuka.html>

(12) Ekonomi, Pengusaha Batu Bara Minta Relaksasi Pembayaran Royalti, maio de 2020, <https://ekonomi.bisnis.com/read/20200528/44/1246004/pengusaha-batu-bara-minta-relaksasi-pembayaran-royalti>

Agroimperialismo em tempos de Covid-19



Foto: Grain

A Nestlé, maior empresa de alimentos do mundo, é conhecida por seu envolvimento em escândalos. Na década de 1970, [ganhou o apelido](#) de “assassina de bebês” por causar doenças e mortes em comunidades de baixa renda ao promover o uso da mamadeira com sua fórmula infantil e desestimular o aleitamento materno. Nos últimos anos, houve [acusações semelhantes](#) contra a empresa, por contribuir para índices cada vez maiores de obesidade e diabetes, com a venda direcionada de alimentos de baixa qualidade e ultraprocessados a comunidades pobres. Mas um escândalo de proporções igualmente sombrias também está nos balanços contábeis da empresa.

Em 23 de abril de 2020, com o mundo sob o jugo da pandemia de Covid-19 e com a FAO alertando sobre uma iminente crise alimentar global, os acionistas e executivos da Nestlé [presentearam a si próprios](#) com inéditos dividendos de 8 bilhões de dólares. Em uma época de crise global de saúde e alimentos, esse mimo é maior do que todo o [orçamento anual](#) do Programa Mundial de Alimentos da ONU e cobriria as despesas anuais médias com saúde de mais de 100 milhões de pessoas na África.

Na verdade, esses dividendos enormes pagos pela Nestlé em 2020 estavam apenas um pouco acima aos do ano anterior. Pagamentos desse montante para acionistas e executivos são práticas normais na empresa – e em todas as grandes transnacionais de alimentos e do agronegócio, mesmo em momentos de catástrofes globais na saúde. Outros dividendos impressionantes, anunciados em abril deste ano, incluem: 2,8 bilhões de dólares pagos pela maior empresa de sementes e agroquímicos do mundo, a Bayer AG; 600 milhões, pela maior produtora de carne de aves, a Tyson; e 500 milhões, pelo Grupo WH, maior empresa de carne suína. A Cargill, maior empresa de agronegócio do mundo, está em vias de superar o pagamento recorde de 640 milhões de dólares feito no ano passado a um pequeno número de membros da família Cargill. Com o crescimento do comércio eletrônico durante a

crise da Covid-19, principalmente em vendas de alimentos, o patrimônio líquido de Jeff Bezos, fundador da gigante Amazon, aumentou em chocantes [24 bilhões de dólares](#). O momento é bom até mesmo para acionistas de empresas menores, como a SOCFIN, do setor de dendezeiros e seringueiras. As duas famílias proprietárias da empresa, uma francesa e uma belga, receberam 20 milhões de euros (cerca de 22,5 milhões de dólares) em dividendos e remunerações das operações, enquanto as comunidades onde a empresa opera na Nigéria, em Gana e em Camarões não têm acesso a água limpa ou segura.

Toda essa ganância no topo da sociedade deixa um rastro de devastação, e muito pouco que possa chegar às camadas inferiores, onde suas consequências são mortais.

Uma indústria poderosa em meio a uma “tempestade perfeita”

Não é muito boa a situação dos trabalhadores do sistema alimentar empresarial, que estão literalmente morrendo na linha de frente para sustentar o estilo de vida de acionistas e executivos. As cadeias de suprimento das grandes empresas de alimentos, que sempre foram perigosas para os trabalhadores, tornaram-se focos de infecções e transmissão da Covid-19. Em todo o mundo, houve surtos mortais em frigoríficos, portos, [depósitos](#), fábricas de conservas de peixe, [plantações de dendê](#), fazendas de frutas, [supermercados](#) e em todos os outros pontos das cadeias comandadas por essas empresas – com exceção dos prédios de escritórios, claro.

Talvez as grandes indústrias de carne tenham sido as piores vilãs. Com a pandemia em pleno desenvolvimento, elas [aceleraram agressivamente](#) suas linhas de montagem para aumentar as exportações para a China, onde os preços da carne estão muito altos. Essa decisão foi tomada com pleno conhecimento de que esses aumentos no processamento impossibilitavam o distanciamento social e colocavam seus trabalhadores e as comunidades vizinhas em risco de surtos intensos do coronavírus. Até o final de maio, os resultados nos maiores países exportadores de carne eram horríveis: centenas de migrantes que trabalham em frigoríficos estavam com Covid-19 na [Alemanha](#) e na [Espanha](#), havia milhares de casos de trabalhadores na indústria brasileira de carne e mais de [20 mil infectados](#) em frigoríficos dos Estados Unidos, com pelo menos 70 mortes. Enquanto isso, centenas de milhares de animais estão sendo abatidos, em [condições atroz](#), porque essas enormes indústrias tiveram que interromper a produção e os pequenos matadouros que poderiam ter recebido animais foram forçados a fechar há muito tempo.

Na América Latina, o novo epicentro da pandemia, a carnificina foi particularmente grave. Com a economia global praticamente parada, o agronegócio na região continuou funcionando com total impunidade, aprofundando seu impacto e os danos que causa a comunidades e ecossistemas. Em quase todos os países da região, as atividades agroindustriais foram [excluídas da quarentena](#), pois são consideradas “essenciais”, embora seu foco esteja nas exportações, e não no fornecimento de alimentos para a população local.

Por exemplo, o governo do Equador [decretou estado de emergência](#), paralisando o país, mas garantindo que “todas as cadeias de exportação, agroindústria, pecuária ... continuassem funcionando”. Como resultado, trabalhadores de plantações de banana e dendê, indústrias de frutos do mar, fazendas de produção de flores e muitos outros setores

foram forçados a continuar trabalhando como se o país não estivesse em uma emergência de saúde, expondo-se ao risco de contrair a Covid-19.

Da mesma forma, o governo Bolsonaro, no Brasil, [declarou](#) que a produção, o transporte e a logística geral das cadeias de exportação de alimentos eram atividades essenciais que deveriam continuar funcionando sem restrições. Nesse contexto, as exportações de carne, soja e outras commodities estão aumentando – assim como o número de pessoas expostas à Covid-19 nas cadeias de exportação. No estado brasileiro do Rio Grande do Sul, um centro de exportação de carne, [mais de um quarto dos casos confirmados de Covid-19](#) eram de trabalhadores de indústrias de carne. Agora, procuradores do ministério público do trabalho estão lutando para [fechar plantas infestadas](#) e forçar as empresas a implementar até mesmo medidas básicas para [proteger e cuidar](#) de seus trabalhadores durante a pandemia.

As exportações brasileiras de soja, [que cresceram 38%](#) em relação ao ano passado, são outro foco potencial de Covid-19, principalmente nos portos, onde caminhões e trabalhadores circulam constantemente. Quando o governo local da cidade portuária de Canarana, no estado do Mato Grosso, tentou agir, [decretando](#) a interrupção da exportação de soja e outros cereais, na ausência de condições adequadas de saúde e segurança, as gigantes do agronegócio Louis Dreyfus e Cargill intervieram e conseguiram reverter o decreto em poucos dias. Agora, no início de junho, Canarana [assiste a um surto](#) de infecções por coronavírus.

Todo esse frenesi da exportação tem um tremendo impacto na vida real. Segundo o *Deter*, o sistema brasileiro de detecção em tempo real do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o desmatamento da Amazônia brasileira aumentou mais de 50% nesses três primeiros meses de 2020 – no auge da pandemia de coronavírus, em comparação com primeiro trimestre do ano anterior. Aproveitando a cortina de fumaça pandêmica, com menos fiscais em condições de fazer inspeções, o [agronegócio e a mineração avançam sobre áreas protegidas e terras indígenas](#), aumentando o contágio entre as populações indígenas. Muitos observadores temem um genocídio como resultado desses avanços imprudentes das operações de agronegócio e mineração durante a pandemia.

Em meio à quarentena nacional na Argentina, as exportações de soja e as derrubadas de florestas também não cessaram. Em uma das florestas mais preservadas em todo o ecossistema do Gran Chaco, [está havendo prospecção para desmatar uma área de 8 mil hectares](#). Além disso, com base no monitoramento por satélite, o Greenpeace denunciou que quase [10 mil hectares já foram derrubados no norte do país](#) desde o início do confinamento.

Essa especulação descarada está gerando uma crise de legitimidade para o sistema empresarial de produção de alimentos. Embora os confinamentos dificultem a avaliação, [a conjuntura parece estar mudando](#): vemos trabalhadores da indústria de alimentos protestando, se organizando e obtendo mais apoio e solidariedade de outros; os consumidores se interessam mais por alimentos saudáveis e locais, e pelo bem-estar de agricultores e produtores de alimentos; e houve uma inegável explosão de iniciativas comunitárias para levar comida onde ela é necessária por meio de solidariedade, ajuda mútua, trabalho voluntário e cooperativas. Houve até algumas vitórias em nível político, como as [recentes decisões](#) do governo alemão de proibir mão de obra terceirizada em

frigoríficos e impedir o [pagamento de dividendos](#) por empresas que estejam recebendo ajuda pública.

Mas essa é uma indústria poderosa, com muito de dinheiro e conexões políticas à sua disposição, e não há dúvida de que fará tudo o que puder para usar esse momento de confusão e confinamentos para promover seus interesses. Já vimos isso no caso do decreto do presidente dos Estados Unidos, Trump, atendendo a pedido da JBS, Tyson, Cargill e outras empresas de carne, que mantém em funcionamento suas plantas infestadas de coronavírus. Também vimos isso no Brasil, onde o governo Bolsonaro [aprovou uma quantidade recorde de 96 novos pesticidas](#) nos primeiros meses de 2020, mais do que todas as aprovações para 2019. O mesmo governo usou deliberadamente a pandemia para tentar [aprovar uma lei](#) que legalizaria a apropriação de terras e o desmatamento de 80 milhões de hectares nas regiões da Amazônia e do Cerrado. A Covid-19 também foi usada para [expandir rapidamente o comércio eletrônico no varejo de alimentos](#) e promover os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) na [Etiópia](#) e na [Bolívia](#), onde o governo que tomou o poder alegou que a emergência transformou as sementes transgênicas em uma necessidade para o país.

O agronegócio é quem mais tem a ganhar com a nova onda de ajustes estruturais

O pior ainda está por vir. Muitos governos estão contratando empresas de consultoria globais, como a [McKinsey](#), para definir seus planos de reabertura da economia. Essas consultorias, cujas atividades são cercadas por sigilo e que estão profundamente conectadas às [maiores empresas do mundo](#), incluindo as do setor de alimentos e agronegócio, sem dúvida influenciarão em quem ganha e quem perde com as respostas à pandemia – trabalhadores ou patrões, feiras de agricultores ou [gigantes do comércio eletrônico](#), pescadores artesanais ou a indústria da pesca de arrasto.

Também estamos vendo o FMI e o Banco Mundial usarem suas verbas de emergência da Covid-19 para fazer com que os países implementem reformas favoráveis ao agronegócio. Na [Ucrânia](#), por exemplo, criou-se uma lei que privatiza terras agrícolas, apesar da oposição da maioria dos ucranianos. Nos próximos meses, essas pressões aumentarão. [Dezenas de países](#) estão se encaminhando para a inadimplência, e essas dívidas terão que ser negociadas não apenas com o FMI e os credores bilaterais, mas também com credores privados que [já indicaram](#) não ter interesse em deixar atrasar pagamentos de dívidas e juros durante esta crise de saúde. Uma nova onda de ajuste estrutural está a caminho e se concentrará no aumento do investimento estrangeiro em agronegócio e na exportação de commodities agrícolas para pagar os abutres.

Desta vez, no entanto, os governos terão muita dificuldade de impor uma nova rodada de agroimperialismo a populações que já estão saturadas dele e cada vez mais ávidas pelas alternativas que os movimentos sociais vêm propondo há décadas.

GRAIN, www.grain.org

Brasil: Contra a Covid-19, economia feminista no campo e na cidade



Foto: SOF

A crise da Covid-19 é a gota d'água para a engrenagem do capital, que já rodava com muita dificuldade. O que seria em essência uma crise sanitária transformou-se em uma crise generalizada no Brasil. Não nos surpreende, porque não poderíamos esperar nada diferente de uma sociedade baseada em uma economia que está em guerra permanente com a vida.

O neoliberalismo se mostra um sistema incapaz de gerir a crise, mas tenta se manter através das falsas soluções. Essas se baseiam na expansão das fronteiras de exploração, com a precarização do trabalho das pessoas e a exploração e financeirização da natureza. Na contramão, as iniciativas de movimentos e coletivos, baseadas na economia feminista, têm ganhado força.

A economia feminista faz uma análise crítica das formas atuais de organização da economia, hegemonicamente capitalistas, patriarcais e colonialistas, bem como das teorias que embasam as políticas que as organizam. Além disso, destaca o corpo como território, onde natureza e cultura convergem. O corpo resiste aos tempos do mercado. É preciso recuperar as memórias que marcam os corpos, individual e coletivamente, ouvir suas histórias, reaprender a ouvir o corpo. Recuperar os tempos da vida se relaciona com a reconexão com os processos do nosso corpo sem a mediação do mercado capitalista. A economia feminista nos leva a refletir sobre a atualização de mecanismos de controle, sem deixar de afirmar a capacidade de resistência e reconstrução dos corpos em movimento.

A experiência da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo (RAMA), no Vale do Ribeira, em São Paulo, Brasil, mostra como a organização baseada nos princípios da solidariedade e de respeito às lógicas das comunidades é muito capaz de lidar com esta crise. Elas ampliam o acesso a alimentos saudáveis, asseguram a manutenção de ecossistemas diversos e fortalecidas, renegociam a divisão do trabalho doméstico e se opõem à violência sexista.

Muitas mulheres da RAMA são de territórios em que unidades de conservação se sobrepuseram às suas comunidades, sejam elas quilombolas (1) ou da agricultura familiar. Elas têm preservado a biodiversidade e garantido a soberania alimentar das comunidades a partir dos seus modos de vida, mantidos com muita luta e apesar das ameaças constantes que sofrem dos órgãos governamentais, que tentam instalar uma política de conservação sem gente. O projeto Conexão Mata Atlântica é um exemplo deste tipo de política. Ele se iniciou em 2019 e procura ampliar os estoques de carbono nas comunidades e também a extensão das unidades de conservação. Em outras palavras: expandir o domínio e a invasão sobre territórios da vida comunitária e aumentar os processos de financeirização da natureza.

No vídeo "[Economia feminista: aprendendo com as agricultoras](#)" ([disponível em quatro línguas](#)) (2), entrevistamos Nilce de Pontes, agricultora e liderança da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Ela relaciona os modos de vida tradicionais com a soberania alimentar, pilar fundamental de uma economia organizada para a vida: “Para mim, é dizer, enquanto quilombola, que a segurança alimentar e a soberania alimentar, vem muito do nosso modo de vida, da forma como nós nos relacionamos com a terra. E como nós projetamos essa segurança do território com a saúde alimentar. Isso para nós é uma relação complexa: de como nós vivenciamos, como que a gente interage, e como produzimos alimentos saudáveis e adequados, que garantem a soberania alimentar. Nós enquanto mulheres quilombolas, enquanto mulheres negras”.

A valorização da agricultura para o autoconsumo, feita pelas mulheres em seus quintais, de forma agroecológica e valorizando a diversidade, se mostra mais importante do que nunca: enquanto o preço dos alimentos in natura sobe no mercado, elas continuam garantindo o sustento de suas famílias e comunidades com alimentos saudáveis e de forma autônoma. (3) Além de garantir o alimento nas comunidades, o trabalho das mulheres também abastece diversas famílias na região metropolitana de São Paulo, através dos grupos de consumo responsável.

Essa aliança campo-cidade possibilita que as pessoas na cidade enfrentem a pandemia de uma forma diferente. Os consumidores dos grupos têm acesso a uma variedade grande de alimentos agroecológicos, pelo mesmo preço que pagavam por esta comida antes da crise sanitária: um compromisso coletivo de manter um preço justo, que possibilite que as trabalhadoras e os trabalhadores cuidem da saúde e da imunidade, comendo mais alimentos agroecológicos in natura. Movimentos e coletivos também têm adquirido os produtos agroecológicos das mulheres para fazerem doações para aquelas pessoas que estão mais vulneráveis neste momento. Essas iniciativas, que têm a solidariedade como princípio, são especialmente importantes porque fazem chegar alimentos de qualidade àqueles que nunca poderiam acessá-los pela via do mercado capitalista. Hoje, a maioria das pessoas nas cidades usa o pouco dinheiro que tem para se alimentar de itens da cesta básica - sem alimentos in natura e recheada de produtos da agricultura industrial, pobres nutricionalmente. O aumento dos preços dos alimentos no Brasil faz com que muitas

famílias não consigam comprar nem produtos in natura da agricultura convencional, com agrotóxicos.

Essas iniciativas já vinham rendendo frutos de mais autonomia e bem viver há algum tempo. A pandemia da Covid-19 foi como uma prova para que elas demonstrassem sua força e capacidade de resistir a uma crise tão profunda. Não por acaso, este período, que está sendo uma grande crise para economia capitalista, se mostra como um momento de consolidação e até expansão da economia voltada para a sustentabilidade da vida humana (4).

A feminista Yayo Herrero, em seu texto "A vida em situação de guerra: Coronavírus e a crise ecológica e social" (5), nos coloca a necessidade de ler esta crise como uma possibilidade de imaginar o futuro: "Precisamos construir horizontes de desejos condizentes com as condições materiais que os possibilitam. E se não o fizermos por bem, com base na igualdade e nos direitos, outros o farão montados no cavalo da exploração, da desigualdade, do racismo e da ofensiva misógina".

Fugindo das armadilhas do mercado e das falsas soluções, as mulheres nos apontam um horizonte possível de organização da vida coletiva. Possível, porque se mostra realmente capaz de enfrentar os maiores desafios que temos pela frente: a superação das desigualdades, das opressões e da crise ecológica.

Sempreviva Organização Feminista (SOF), Brasil, <https://www.sof.org.br/>

(1) Comunidades quilombolas são aquelas constituídas por descendentes dos povos negros escravizados que, no processo de resistência à escravidão no Brasil, ocuparam territórios comuns hoje reconhecidos como quilombos.

(2) Link do vídeo em espanhol: https://youtu.be/z_d6l59y_DM. Mais informações aqui: <https://www.sof.org.br/sof-lanca-novo-video-economia-feminista-aprendendo-com-as-agricultoras/> ou traduzido para o espanhol aqui https://peoples-sovereignty-lab.org/es/common_library/i68/Econom%C3%ADa-feminista:-aprendiendo-con-las-agricultoras.html

(3) Ver o artigo "Alimentação em tempos de coronavírus", de Gláucia Marques, na Coluna Sempreviva do Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/19/alimentacao-em-tempos-de-coronavirus>

(4) Segundo a economista feminista Cristina Carrasco, a sustentabilidade da vida é "un concepto que permite dar cuenta de la profunda relación entre lo económico y lo social, que sitúa a la economía desde una perspectiva diferente, que considera la estrecha interrelación entre las diversas dimensiones de la dependencia y, en definitiva, que plantea como prioridad las condiciones de vida de las personas, mujeres y hombres"

(5) O texto foi publicado originalmente com o título "En guerra con la vida" para a revista Contexto y Acción e traduzido recentemente para o português, para a publicação da SOF "Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios", disponível online neste link: <https://www.sof.org.br/economia-feminista-e-ecologica-resistencias-e-retomadas-de-corpos-e-territorios/>

A pandemia nas florestas da Índia: a intensificação dos ataques às comunidades



Agricultor Bewar. Foto: Ossi Kakko

Em meados de maio de 2020, o Ministro das Finanças da Índia anunciou a alocação de 6 mil crores de rúpias (cerca de 1 bilhão de dólares) ao Fundo de Florestamento Compensatório (CAF, na sigla em inglês), mais conhecido como [CAMPA \(Agência de Planejamento e Gestão do Fundo de Florestamento Compensatório\)](#), como parte do tão aguardado pacote voltado a aliviar os impactos da Covid-19. É importante ressaltar que, desde que chegou ao poder em 2014, o atual governo tornou a vida da esmagadora maioria dos cidadãos da Índia mais vulnerável e insegura, principalmente *adivasis* (povos indígenas), *dalits* (castas oprimidas), minorias religiosas, camponeses, trabalhadores e pobres urbanos. Políticas econômicas insanas já paralisaram a economia, como a desmonetização de 2016 (quando o governo decidiu retirar do mercado, de repente, notas de determinados valores, causando imensos problemas ao povo), além da concessão de benesses vergonhosas a certos interesses empresariais. As pessoas são perseguidas e assediadas rotineiramente em nome do desenvolvimento, da segurança nacional e da religião. Os pobres e os trabalhadores do país estão literalmente sitiados desde o final de março, quando o primeiro-ministro declarou a Covid-19 como um “desastre nacional” e colocou o país sob confinamento rígido e abrupto.

Examinemos a situação de florestas e comunidades que dependem das florestas. Ignorando todas as objeções e os protestos de movimentos sociais e ativistas que lutam por direitos, o governo indiano prosseguiu com sua agenda de mercantilizar as florestas do país: em 2014, foi anunciado o Projeto de Política Nacional de REDD+ (atualmente concluído), seguido pelas Diretrizes de 2015 sobre o repasse de florestas “degradadas” a agentes privados, principalmente para a criação de plantações, (1) a Lei do Fundo de Florestamento Compensatório de 2016 (ou CAMPA), o Projeto de Política Nacional de Florestas em 2018, (2) e, por fim, as [Propostas de Emenda à Lei Florestal da Índia, de 2019](#), que ainda estão na agenda. Em conjunto, todas essas medidas constituem a arquitetura de políticas voltadas a cercar, monetizar e vender as vastas florestas comunitárias do país. A pandemia de Covid-19 e as medidas tomadas pelo governo são mais uma ameaça – a mais recente em um cenário sombrio, em termos gerais. Infelizmente, essa nova ameaça apareceu em um

momento em que ainda não se enfrentou a privação generalizada nas áreas tribais: uma paralisante falta de serviços públicos de saúde que limita em muito as possibilidades de conter a propagação do vírus, dezenas de milhares de trabalhadores migrantes retidos nas cidades, ausência de mecanismos institucionais e acesso para aquisição e distribuição de produtos florestais não madeireiros (PFNM), (3) desmatamento desenfreado que serve ao desvio de terras florestais sem consentimento das comunidades, descumprimento e não implementação de legislações avançadas, como a Lei dos Direitos à Floresta (FRA) de 2006 e a Lei das Panchayats (Extensão a Áreas Reconhecidas), de 1996 (PESA).

Em vez de respeitar a autonomia e a dignidade das comunidades tribais e de outras comunidades indianas que dependem das florestas, as verbas para alívio aos impactos da Covid-19 foram aprovadas dentro do antigo esquema de Florestamento Compensatório. (4) Esse mecanismo tem sido contestado por defensores dos direitos à floresta e organizações tribais, na Índia [e internacionalmente](#), desde que a polêmica Lei do Fundo Compensatório foi cogitada pela primeira vez, em 2015. Mostraram que o Reflorestamento Compensatório é basicamente uma farsa e, na melhor das hipóteses, uma tentativa de fazer lavagem verde no desmatamento organizado e autorizado na Índia. Além disso, canalizar dinheiro ilimitado para a burocracia florestal colonial pode destruir os meios de subsistência de milhões de habitantes da floresta, causando graves danos ecológicos e agravando o deslocamento e a exploração de comunidades florestais.

O Fundo também foi questionado pelo Ministério de Assuntos Tribais (MoTA) do governo indiano. Em uma carta ao Ministério do Meio Ambiente, Florestas e Mudanças Climáticas (MoEFCC), escrita em março de 2018, o MoTA argumentou que o projeto de regras do CAF dilui as disposições da Lei de Direitos à Floresta (FRA).

O anúncio da liberação das verbas de Florestamento Compensatório aos estados, para “geração de empregos”, ignora as preocupações levantadas por movimentos e grupos ativistas sobre as violações permanentes aos direitos à floresta pelas plantações de árvores estabelecidas pela CAMPA, de um lado, e por uma intensa devastação de florestas, de outro. Os movimentos/grupos que se opõem à Lei e às Regras do Fundo de Florestamento Compensatório também são contrários à ação atual. O Florestamento Compensatório permite o desmatamento organizado ao desviar terras com florestas para fins não florestais sem o consentimento das comunidades, que deveria ser obrigatório, segundo a FRA. Isso resulta em uma perda geral de acesso às florestas comunitárias tradicionalmente usadas e conservadas pelas comunidades, cujas vidas dependem do sustento físico e cultural proporcionado por essas florestas. Além disso, as atividades de Florestamento Compensatório, que originalmente se destinavam a terras não registradas como florestas, aparecem com frequência em terras florestais de uso comunitário, campos de aldeias e terras comunitárias. Estas incluem terras em várias situações de posse, como florestas e terras comunitárias das aldeias (ambas conhecidas amplamente como *nistar*), antigas florestas *zamindari* (que tinham proprietários durante o período colonial) e terras do governo – todas embasando uma ampla gama de direitos de acesso e uso, registrados ou não, jurídicos ou consuetudinários, à coleta de lenha, ao pastoreio de animais e assim por diante. Segundo a FRA, esses direitos deveriam ser devidamente registrados e os títulos, concedidos a quem mora na floresta. Levantar plantações de Florestamento Compensatório em áreas florestais de uso comum e terras comunitárias só faz prejudicar a Lei dos Direitos Florestais (FRA) e, por fim, ajuda a perpetuar a injustiça histórica que ela promete corrigir.

Desde que o projeto de lei do CAF foi apresentado, em 2015, movimentos sociais e ativistas dos direitos vêm exigindo a transferência de fundos de Florestamento Compensatório às *Gram Sabhas* (assembleias de aldeia) e a garantia de que as atividades sejam realizadas apenas com o consentimento livre e prévio dessas instâncias, como previsto nas leis FRA e PESA. Essa reivindicação foi levantada novamente após a pandemia da Covid-19, para que as *Gram Sabhas* pudessem utilizar as verbas que atualmente alcançam uma enorme quantia de 55.000 crores de rúpias (cerca de 7,3 bilhões de dólares), (5) o que garantiria que as verbas respondessem às diversas necessidades geográficas e específicas das comunidades florestais da Índia.

No entanto, seguindo experiências anteriores, as autoridades florestais continuaram usando as verbas de Florestamento Compensatório para estabelecer plantações de árvores (principalmente de monoculturas e espécies comerciais) em terras cultivadas por comunidades que dependem da floresta e dentro de florestas comunitárias, transgredindo a autonomia e os direitos. As monoculturas também destruíram a biodiversidade, os produtos florestais não madeireiros (PFNMs) e os alimentos de origem florestal usados pelas comunidades. As verbas de Florestamento Compensatório também estão [sendo usadas para despejar ilegalmente tribos e outras comunidades que dependem das florestas](#) de Áreas Protegidas, como Reservas de Tigres, Parques Nacionais e Santuários da Vida Selvagem.

Ciente de que dinheiro de Florestamento Compensatório nas mãos de autoridades florestais só vai exacerbar as dificuldades que assolam as comunidades florestais, o governo indiano está anunciando essas verbas como uma medida voltada a favorecer as tribos e aliviar os problemas. Isso não apenas é irônico, mas também cheira a total desconsideração do atual governo com relação às realidades das pessoas e à decência humana. Além disso, o uso dessas verbas é obrigatório por lei, e a distribuição de dinheiro desse fundo não pode ser tratada, em nenhuma circunstância, como parte de um pacote econômico destinado explicitamente a combater os impactos da Covid-19.

Além disso, foi relatado que o departamento florestal está realizando atividades de plantio, bem como despejos de comunidades, durante o período de confinamento. Até o momento, elas incluem: autoridades oficiais derrubando florestas em Odisha, supostamente para criar plantações, (6) notificações de despejo entregues a moradores da floresta em Sikkim. (7) Em Madhya Pradesh, (8) Gujrat, (9) Manipur (10) e Odisha, (11) houve despejo forçado de comunidades cujas casas foram queimadas e demolidas durante o confinamento. Com essa nova liberação de fundos, esses ataques às pessoas devem aumentar.

Soumitra Ghosh
All India Forum of Forest Movements (AIFFM)

Este artigo é baseado, em grande parte, em uma nota à imprensa publicada em conjunto por movimentos e ativistas sociais indianos em 17 de maio, e em outra, do Fórum de Movimentos Florestais de Toda a Índia (AIFFM), em 25 de março de 2020.

(1) *Our Forests are not for Sale! Stop Privatizing India's Forests!*, nota à imprensa do All India Forum of Forest Movements (AIFFM), 21 de setembro de 2015, <https://redd-monitor.org/2015/09/24/india-plans-to-hand-over-degraded-forests-to-plantation-companies/>

- (2) Ghosh. S., Attack on India's Forests and Forest Communities: Draft National Forest Policy 2018, Ground Xero, abril de 2018, <https://www.groundxero.in/2018/04/13/attack-on-indias-forests-and-forest-communities-draft-national-forest-policy-2018/>
- (3) Down to Earth, Silence grips forest, maio de 2020, <https://www.magzter.com/article/Science/Down-To-Earth/Silence-grips-forest>
- (4) Press Information Bureau India, 14 de maio de 2020, Rs6000 crore employment push using CAMPA funds, https://twitter.com/PIB_India/status/1260896812639981569?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Etweet
- (5) Business Standard, A Rs 56,000-cr afforestation fund threatens India's indigenous communities, junho de 2019, https://www.business-standard.com/article/current-affairs/a-rs-56-000-cr-afforestation-fund-threatens-india-s-indigenous-communities-119062500104_1.html
- (6) Sabrang, Odisha Forest Department cuts down traditional trees, destroys livelihoods of forest workers, maio de 2020, <https://sabrangindia.in/article/odisha-forest-department-cuts-down-traditional-trees-destroys-livelihood-forest-workers>
- (7) United News of India, Dzuluk forest dwellers served with eviction notice amid lockdown, seek justice from government, abril de 2020 <http://www.uniindia.com/sikkim-dzuluk-forest-dwellers-served-with-eviction-notice-amid-lockdown-seek-justice-from-govt/east/news/1962757.html>
- (8) The Hindu, Tribals in M.P.'s Burhanpur say foresters burnt hut, junho de 2020, <https://www.thehindu.com/news/national/other-states/tribals-in-mps-burhanpur-say-foresters-burnt-hut/article31734977.ece>
- (9) Down to Earth, Covid-19: Gujarat forest department officials allegedly torched huts, fields, abril de 2020, <https://www.downtoearth.org.in/news/environment/covid-19-gujarat-forest-dept-officials-allegedly-torched-huts-fields-70426>
- (10) The People's Chronicle, Eviction drive turns ugly as cops and locals clash, abril de 2020, <http://www.thepeopleschronicle.in/daily/english/7344>
- (11) GroundXero, Odisha government's relentless persecution of Adivasis continues even during the Lockdown, abril de 2020, <https://www.groundxero.in/2020/04/25/odisha-governments-relentless-persecution-of-ativasis-continue-even-during-the-lockdown/>

Reflexões do Comitê Consultivo do WRM em meio à pandemia de Covid-19

Comunidades que dependem das florestas e famílias camponesas em todo o mundo estão enfrentando situações devastadoras devido à pandemia de Covid-19 e às medidas adotadas por governos, principalmente restrições ao deslocamento. Além disso, as respostas governamentais à pandemia vêm aprofundando as desigualdades, as injustiças e a destruição que andam de mãos dadas com o capitalismo.

Convidamos membros do Comitê Consultivo do WRM a compartilhar breves reflexões sobre essa situação extraordinária, e lhes agradecemos por suas contribuições.

¿ Como você vê o desenrolar dos impactos dos regimes em países autoritários com as medidas implementadas em todo o mundo diante do Covid-19?

Shalmali Guttal, Focus on the Global South

Impactos

Os impactos são complexos, e ficam visíveis em vários níveis. Na minha opinião, compreender os vínculos entre os aspectos políticos, econômicos e sociais dessas medidas de emergência é especialmente importante neste período. A Covid-19 deu aos líderes políticos de muitos países uma boa “cobertura” para implementar políticas que favoreçam seus interesses, sob o pretexto de responder à pandemia. Essas políticas podem se institucionalizar, e muitas medidas de emergência que deveriam proteger as pessoas em circunstâncias excepcionais podem facilmente se transformar em características permanentes nas nossas vidas, mesmo após as circunstâncias excepcionais terem passado ou sido controladas. A pandemia é uma oportunidade sob medida para os regimes fascistas consolidarem seu poder.



Protestos contra a lei anti-terror nas Filipinas
Foto: Focus on the Global South

Confinamentos totais e rigorosamente controlados nos países asiáticos – por exemplo, Índia, Filipinas, Indonésia – resultaram em graves impactos negativos sobre os meios de subsistência de povos da floresta e comunidades que dependem desses ecossistemas para obter alimentos, plantas medicinais, combustíveis, fibras e materiais para construção de moradias e de uso diário. Apesar de que sua localização isolada lhes dá alguma proteção contra o vírus, a coleta e a venda de “Produtos Florestais Menores” (PFM), como raízes, sementes ou frutas, ou Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs) em geral são fontes cruciais de renda para eles (em geral, a única). O fechamento de mercados locais e as restrições à circulação das pessoas têm levado a uma pobreza maior em termos de dinheiro.

As áreas florestais são locais de conflitos por terras e por riquezas naturais. Esses conflitos envolvem, de um lado, comunidades/populações que vivem nessas áreas e, de outro, governo, forças armadas, polícia e outras forças de segurança e empresas de fora. A concentração de terras e florestas, as indústrias madeireira e extrativista, a caça ilegal e a conversão de terras/territórios para projetos de infraestrutura não pararam por causa da COVID-19. No Laos, nas Filipinas e na Índia, a concessão de licenças, o planejamento e a construção de barragens, a mineração, as ferrovias e as rodovias continuam durante esse período.

O governo do Laos, por exemplo, anunciou a construção de mais uma hidrelétrica, mesmo que as milhares de famílias devastadas pelo rompimento da barragem de Xepian Xenamnoi, em 2018, ainda não tenham recebido indenizações nem apoio para reabilitação. Nas Filipinas, os conflitos entre as comunidades e a mina de ouro e cobre da OceanaGold Philippines atingiram o ápice no início de abril, quando o governo central usou a “quarentena comunitária aprimorada” (confinamento) para mandar a polícia eliminar as “barricadas populares” que impediam a empresa de realizar suas operações.

Na Índia, o governo concedeu licença virtual (por causa da COVID-19) para a construção de rodovias e ferrovias nacionais que devem atravessar parques nacionais e santuários da vida selvagem, mesmo que as comunidades que dependem das florestas tenham direitos legais de posse sobre aquelas florestas. Por causa das restrições de mobilidade em função do confinamento, não houve avaliações de impacto nem consultas às pessoas que moram nessas áreas. O Ministério do Meio Ambiente, Florestas e Mudanças Climáticas (MoEFCC) está usando o período da pandemia para abrir as florestas à mineração, apesar de evidências cada vez maiores, no mundo todo, de riscos crescentes de propagação de novos patógenos, infecções e epidemias causados pelo desmatamento. O governo também está promovendo uma nova regulamentação para as Avaliações de Impacto Ambiental (AIAs), que relaxará as normas ambientais, facilitará a operação das empresas nas áreas florestais e reduzirá as oportunidades de participação das comunidades que habitam a floresta em audiências públicas sobre projetos que afetam profundamente suas vidas e seus direitos.

Muitos governos da região Asiática estão usando o pretexto de estimular e reanimar economias muito prejudicadas pela pandemia para justificar essas ações. Por causa das restrições legais impostas à mobilidade e às reuniões públicas, e da suspensão geral de liberdades e direitos civis, as pessoas não podem sair para coletar informações e evidências, nem protestar ou construir resistência a essas ações. Ao mesmo tempo, pouquíssimos governos aumentaram o financiamento para saúde pública, proteção e seguridade sociais, programas alimentares e apoio à subsistência. Apesar da pandemia, continua havendo despejo de populações locais, destruição ambiental, fragmentação de territórios biodiversos e destruição de ecossistemas cruciais para a alimentação e a saúde locais, além de detenção e encarceramento de quem resiste. Os habitantes da floresta e as comunidades que dependem dela são mais prejudicados, e praticamente não têm acesso a tratamentos de saúde e apoio adequado diante das crises de saúde e ambiental.

Estratégias de resistência

Temos que continuar nos organizando: reunir evidências e testemunhos das populações locais, ampliar suas vozes para o resto da sociedade e para o mundo, e intensificar o esclarecimento do povo sobre os vínculos entre regimes autoritários, o poder das empresas e o aprofundamento da exploração capitalista sobre a natureza e as pessoas.

Precisamos expandir e fortalecer bastante a solidariedade com base na proteção à justiça e aos direitos, aumentando os recursos para apoio jurídico e material a todos aqueles que se levantarem para resistir. Estamos em luta contra o fascismo (poderes ditatoriais ultranacionalistas de extrema-direita que reprimem violentamente a oposição), o estatismo (quando o Estado tem muito controle centralizado sobre assuntos sociais e econômicos) e o “corporativismo” (no sentido do controle significativo sobre a sociedade, a economia e a política por parte de corporações), e essas batalhas não podem ser travadas com eficácia se não dispusermos de recursos e estivermos fragmentados. Os governos e o capital consideram vantajoso fragmentar a natureza, bem como as sociedades, pois isso lhes facilita controlar, extrair valor e “redefinir” a natureza e as pessoas, conforme for conveniente para o capital – pequenos parques nacionais, cidades inteligentes, produtores e trabalhadores precários, consumidores inseguros etc.

Igualmente importante: precisamos dar as mãos às comunidades progressistas para construir, do zero, sociedades e economias harmoniosas, democráticas, igualitárias, diversas e respeitadas. Por sua própria existência e vitalidade, essas sociedades e economias desafiarão regimes e sistemas exploratórios, violentos e extrativos, e nos darão esperança e força para continuar construindo a resistência.

Em uma perspectiva histórica de mais longo prazo, o que significa para o capital um número crescente de pandemias (humanas e não humanas)?

Larry Lohmann, The Corner House, Reino Unido

A Covid-19 e o fim do moderno corpo que trabalha

Nos últimos anos, movimentos ecofeministas da América Latina vêm explorando profundamente a ideia de corpo-território.

Estas mulheres refletiram sobre como as mineradoras “masculinizam” os territórios que destroem, desvalorizando as múltiplas maneiras pelas quais se mantêm as relações ecológicas. Expuseram os laços históricos entre a colonização de terras e a colonização dos corpos femininos. Além disso, insistiram em que as lutas para defender o território devem andar de mãos dadas com as lutas para recuperar o corpo – não apenas os corpos das mulheres, mas também os corpos de indígenas, negros e camponeses, bem como de não humanos, incluindo pedras e espíritos.



Agora, quando a crise da Covid-19 se expande em todo o mundo, talvez seja hora de aplicar essa ideia de forma mais ampla.

Em um livro recente, (1) o grande estudioso anarquista James C. Scott contribui com algumas informações úteis, vindas de uma direção inesperada.

Examinando a ascensão dos primeiros Estados do Oriente Médio, entre 8.500 e 3.600 anos atrás, Scott observa que, para sustentar hierarquias políticas de soldados, aristocratas, sacerdotes, artesãos e funcionários, era necessário produzir excedentes de milhetes e outros cereais.

De que forma seria possível obter esses excedentes, se não concentrando “a maior quantidade possível de terra arável e de pessoas para trabalhar dentro do menor raio possível”, (2) nos limites do Estado?

Isso incentivou o crescimento de territórios onde se reuniu e “domesticou” toda uma gama de seres vivos, incluindo plantas alimentícias, gado, espécies forrageiras e seres humanos nômades. O banquete biológico oferecido por essas concentrações permanentes atraía penetras, como a aveia (erva daninha que mais tarde se tornou um cultivo) e animais em busca de sobras, como ratos, pardais, cães e porcos, seguidos por um exército de parasitas, incluindo pulgas, mosquitos, piolhos, gorgulhos e vírus.

Era tudo uma questão de território. Exagerando um pouco na simplificação, de um lado havia os territórios semicercados dos povos que estavam construindo Estados, onde a mão de obra era relativamente cativa e o solo era cultivado. De outro lado estavam os territórios sem fronteiras dos “bárbaros”, que tendiam a preferir uma vida móvel independente, mais ligada aos ritmos dos animais migratórios e ao amadurecimento das plantas selvagens.

Porém, tudo também estava muito relacionado ao corpo humano. Como escreve Scott, “as mulheres das aldeias que cultivavam grãos tinham dedos retorcidos e joelhos deformados, resultado de longas horas ajoelhadas e de se balançar para frente e para trás para moer grãos”. (3)

A vida em um dos novos Estados agrários, Scott conclui, “envolvia muito mais trabalho do que caça e coleta, e não era nada boa para a saúde”. (4) Os grãos cultivados não forneciam os mesmos nutrientes que as plantas selvagens, e as pessoas ficaram mais baixas. Até seus animais foram ficando mais doentes e menores.

O pior de tudo é que os micróbios passaram a ter ótimas oportunidades de saltar e se multiplicar entre as diferentes espécies reunidas sob o domínio dos novos Estados. Seres humanos, animais e cultivos podiam ser devastados por epidemias inéditas.

A pesquisa de Scott nos ajuda a lembrar que o vasto e novo “território” do atual capitalismo multinacional também é constituído, em parte, por tipos específicos de corpos humanos.

Um deles é o corpo dos trabalhadores assalariados, aqueles que têm que ir trabalhar pontualmente, todos os dias. O que só tem direitos a alguns dias de licença de saúde a cada mês. Aqueles em quem se pode confiar que virão trabalhar e produzirão dinheiro para o patrão, ano após ano.

As empresas costumam pressupor que a saúde desse corpo é previsível, assim como dão por certo que o trabalho constante e não remunerado realizado pelas “mulheres, as colônias

e a natureza” do mundo estará sempre disponível para ser explorado – incluindo o trabalho não remunerado dos organismos pré-históricos que criaram o carvão, o petróleo e o gás do mundo.

Uma mensagem contida na crise da Covid-19 é que talvez essa previsibilidade já não exista.

De repente, descobre-se que o corpo do trabalhador só se comporta de maneira previsível quando é incorporado a um tipo específico de território global. Um território ainda não devastado pelas monoculturas dos agronegócios e os vastos confinamentos de animais alimentados em indústrias, onde surgem as pandemias. Um território onde muitos vírus potencialmente perigosos “ficam em casa”, nas palavras de uma xamã indonésia em entrevista recente.

O problema para as empresas é que esse território acabou. (6) Os micro-organismos estão saltando de uma espécie para outra, deslocando-se entre continentes e mutando rapidamente para perturbar a vida de todos os tipos de novos corpos, aleatoriamente. A festa do capital em um território mundial onde os vírus “ficam em casa” está quase no fim, assim como está no fim a festa de que esse capital desfrutou por conta dos combustíveis fósseis baratos. (7)

Uma espécie de “memória” do antigo território pode muito bem ter vivido dentro do corpo do trabalhador por um tempo, à medida que as florestas eram derrubadas e as monoculturas, ampliadas. Mas, como a Covid-19 subitamente deixou claro, o corpo que trabalha e que enriqueceu as empresas modernas já aguentou mais do que o previsto. À medida que as pandemias continuam chegando, os cálculos do capital serão desmentidos repetidamente. O trabalho pode estar se tornando quase tão “precário” para os capitalistas quanto para os próprios trabalhadores.

Até que ponto os capitalistas estão se preparando para esse desafio histórico? Até que ponto estão se preparando para o tipo de revolta nas relações entre trabalhadores e elite que se seguiu, digamos, à Peste Negra da Idade Média? Até que ponto estão procurando um novo tipo de corpo que trabalha, e que funcione para eles?

As respostas ainda não estão claras.

Obviamente, o primeiro reflexo de alguns capitalistas foi simplesmente negar que estejam ocorrendo mudanças fundamentais. Donald Trump aconselha os trabalhadores a beber água sanitária, na esperança de que isso baste para levá-los a voltar ao trabalho. O magnata dos carros elétricos Elon Musk exige que o Estado encerre imediatamente os confinamentos, para que os trabalhadores possam bater o cartão em suas fábricas, como nos velhos tempos. Empresas de plantações e mineração forçam seus “trabalhadores essenciais” a permanecer no emprego, apesar dos riscos à saúde. Enquanto isso, Wall Street “ainda vê o mundo através de lentes anteriores à pandemia”, (8) pressupondo que o Federal Reserve Bank dos Estados Unidos possa resolver qualquer crise futura do corpo-território imprimindo mais dinheiro para distribuir às grandes empresas. Nos bastidores, porém, os capitalistas mais perspicazes certamente estão pensando em outras maneiras de enfrentar a crise do moderno corpo que trabalha.

E os movimentos populares? Como eles estão se preparando para as próximas mudanças?

Para redes como WRM, essa pode ser a pergunta do momento. (9)

(1) James C. Scott, *Against the Grain: A Deep History of the Earliest States*, New Haven and London: Yale University Press, 2017, <https://book4you.org/book/3401043/600996>

(2) Ibid., p. 124.

(3) Ibid., p. 83.

(4) Ibid., p. 18.

(5) Maria Mies, *Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour*, London and New York: Zed Books 2014, <https://book4you.org/book/2711883/1c4255>

(6) John Bellamy Foster and Intan Suwandi, "COVID-19 and Catastrophe Capitalism: Commodity Chains and Ecological-Epidemiological-Economic Crises," *Monthly Review*, 1º de junho de 2020, <https://monthlyreview.org/2020/06/01/covid-19-and-catastrophe-capitalism/>

(7) Raj Patel and Jason W. Moore, *A History of the World in Seven Cheap Things: A Guide to Capitalism, Nature, and the Future of the Planet*, Berkeley: University of California Press, 2017, <https://book4you.org/book/3502583/b22c20>

(8) Foreign Policy, Why are stocks soaring in the middle of a pandemic?, maio de 2020, <https://foreignpolicy.com/2020/05/29/stock-market-rally-coronavirus-pandemic/>

(9) Agradecimentos a Ivonne Yanez, Soumitra Ghosh, Nick Hildyard e Hendro Sangkoyo por suas sugestões úteis.

Quais são os paralelos entre à Covid-19 e às mudanças climáticas?

Ivonne Yáñez, Acción Ecológica, Equador

É possível encontrar vários paralelos entre a COVID-19 e as mudanças climáticas, do **negacionismo** à minimização da **gravidade** de ambos os problemas. Por exemplo, Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil, afirmaram que o vírus desapareceria no calor da primavera e seria pouco mais que uma gripezinha. As teorias da **conspiração** também foram aplicadas aos dois problemas. Trump disse que a mudança climática é uma invenção de chineses e ambientalistas comunistas, e que o coronavírus foi fabricado em laboratórios de Wuhan. Nos dois casos, é mais fácil negar a crise do que admitir que ela está relacionada ao modo de vida extrativista e megaindustrial.



Foto: IPCCAD

A **xenofobia** e o **racismo** são outros paralelos. Em relação às mudanças climáticas, muitos apontam a responsabilidade de pobres que poluem e povos indígenas que desmatam, ou eles atribuem as crises a um problema de superpopulação. Com o coronavírus, fomos inundados com cenas de feiras com aparente falta de higiene. Trump chamou o novo coronavírus de "vírus chinês", desviando a nossa atenção das verdadeiras causas da pandemia, como a pressão sobre as florestas ou a existência de megafazendas industriais de criação de animais. Nos dois casos, é sempre o fetiche do *outro*, o que vem *de fora*, como responsável por todos os males.

Outro exemplo que nos permite comparar as duas situações está relacionado à gestão da **informação e da contrainformação**. Nos dois casos, existe uma estratégia combinada para **ocultar informações, informar mal ou desinformar**.

Mais de 50 anos atrás, a ciência já sabia que os combustíveis fósseis causavam aquecimento global, mas essas informações foram refutadas com outras, fornecidas pela indústria de energia. Mesmo conhecendo as causas, nada foi feito. Ou pior: avançou-se intencionalmente na direção oposta, passando pelo Protocolo de Kyoto ou pelo Acordo de Paris, que pioraram a situação. Com a pandemia de COVID-19 aconteceu a mesma coisa. Uma parte da comunidade científica e o próprio Departamento de Segurança dos Estados Unidos já sabiam que novas cepas de coronavírus chegariam com força brutal. Mas também não se fez nada.

Às respostas frente as mudanças climáticas por parte dos países e os setores empresariais e financeiro são desconectadas da realidade. Assim, evitam tomar medidas drásticas para reduzir a extração e o consumo de combustíveis fósseis. Da mesma forma, a causa da COVID-19 parece ser um morcego, um pangolim e o próprio vírus, como se sua existência fosse o problema a ser resolvido, e não as causas de sua viralidade. No caso da doença, apresentam-se informações desorganizadas e caóticas para acalmar os investidores e manter a população na angústia e na incerteza. Sobre a mudança climática, eles nos dizem que todos morreremos amanhã, para poder aplicar a “doutrina do choque”.

Outra semelhança tem a ver com **impactos diferenciados**. As mudanças climáticas são mais violentas para indígenas, camponeses, mulheres e setores empobrecidos das cidades. Com a COVID-19, a taxa de mortalidade entre a população afrodescendente, latina ou empobrecida é muito maior que a da população branca ou dos ricos. O mesmo acontece com o impacto social e econômico: as classes populares e trabalhadoras sofrem mais com a crise da saúde e as mudanças climáticas.

Podemos ver que, após a pandemia, virão mais **medidas econômicas drásticas**. Por exemplo, ao entender, agora mais do que nunca, a importância das terras agrícolas e do suprimento de alimentos, haverá mais concentração de terras e mais apropriação da água. Em termos macroeconômicos, o extrativismo será aprofundado, supostamente para aliviar a crise, e é provável que haja mais financeirização da natureza.

Esta crise deve atingir fortemente o capitalismo. E colapsos financeiros é o que pode ser esperado em seguida. Até agora, o capitalismo sempre conseguiu se safar, não apenas com o apoio de verbas públicas, da classe trabalhadora, das mulheres, e em detrimento da natureza; mas também graças à invenção de produtos financeiros de risco, que já levaram a crises internas, como aconteceu com as bolhas hipotecárias. Também existem os créditos de carbono, ou seja, negócios financeiros com o clima. Não devemos nos surpreender se produtos financeiros relacionados à saúde e ao risco de propagação do vírus já tenham sido lançados – será a mercantilização e financeirização de futuras pandemias, como certamente já aconteceu com os desastres climáticos.

Também não surpreenderia se as propostas de instâncias internacionais para a COVID-19 combinassem “redução” da pobreza com “conservação” de florestas sem pessoas e com “descarbonização” da economia, através do mercado e dos bancos, da numerologia e das novas tecnologias digitais que supostamente “liderarão” essa via.

Por fim, existem **medidas de comando e controle**, como as já usadas para vigiar áreas submetidas ao mercado de carbono e de serviços ambientais. Agora, para controlar a

COVID-19, são implementados mecanismos de controle da sociedade por meio de sistemas de vigilância digital e leis draconianas.

Para governos, intelectuais ou a academia tradicional, a COVID-19 é uma crise à parte e, portanto, deve ser resolvida separadamente das crises do clima, da queda dos preços do petróleo e outras. Portanto, suas supostas soluções sempre aprofundaram as crises ou criaram outras, mas as organizações e os povos em movimento já se dão conta de que a crise climática e a COVID-19 fazem parte da mesma crise histórica.

Hoje vemos como os locais mais vulneráveis a desastres climáticos também são atingidos pela COVID-19, por projetos extrativos, agronegócios ou indústrias poluentes. Diante da resistência, militarizam-se os territórios e os líderes comunitários são criminalizados. São exposições múltiplas às quais estão sujeitas populações empobrecidas e marginalizadas. Diante disso, várias organizações de base propõem saídas: soberania alimentar e energética, trabalho em mutirão, solidariedade, organização comunitária. É um reencontro com os territórios e uma territorialização das lutas.

As propostas dos povos vêm de baixo e são participativas – no sentido de defender os territórios contra o extrativismo e as mudanças climáticas e como ações de cuidado coletivo contra a pandemia. Surgem muitas iniciativas diferentes, que contrastam com as dos Estados centralistas. Talvez por essa razão, elas sejam mais eficazes do que qualquer governo de esquerda ou direita, progressista ou neoliberal.

Acción Ecológica Opina. ECOFASCISMO. Abril 2020.

<https://www.facebook.com/AccionEcologicaEc/posts/2864906820268611>

Black people four times more likely to die from Covid-19, ONS finds. The Guardian. 7 de maio de 2020.

<https://www.theguardian.com/world/2020/may/07/black-people-four-times-more-likely-to-die-from-covid-19-ons-finds>

CLIMATE CHANGE SERVICE. <https://climate.copernicus.eu/>

Decades of science denial related to climate change has led to denial of the coronavirus pandemic. INSIDE

CLIMATE NEWS. <https://insideclimatenews.org/news/08042020/science-denial-coronavirus-covid-climate-change>

First Person: COVID-19 is not a silver lining for the climate. UN Environment chief

<https://news.un.org/en/story/2020/04/1061082>

How the oil industry has spent billions to control the climate change conversation. The Guardian. 8 de janeiro de

2020. <https://www.theguardian.com/business/2020/jan/08/oil-companies-climate-crisis-pr-spending>

La financiarización de la crisis del COVID19. Armando Negrete. ALAI. 30 de abril de 2020 <https://www.alainet.org/es/articulo/206260>

Stockholm Environment Institute. SEI. <https://www.sei.org/events/webinar-the-geopolitics-of-covid-19-and-climate-change/>

The unholy alliance of COVID-19, nationalism, and climate change. MIT Technology Review.

<https://www.technologyreview.com/2020/04/10/998969/the-unholy-alliance-of-covid-19-nationalism-and-climate-change/>

Como a pandemia de Covid-19 está fortalecendo o impulso rumo a uma chamada “transição energética”?

Hendro Sangkoyo - School of Democratic Economics, Indonésia

Qualquer tentativa de responder a essa pergunta deve partir de um posicionamento crítico sobre um conjunto de suposições acerca da possibilidade de o Capitalismo, como protocolo político-econômico global de acumulação e redistribuição de riqueza, chegar a uma solução para o colapso da biosfera – a catástrofe que o próprio capitalismo ajudou a criar.

Deixando de lado as interconexões reforçadas entre a resistência das pessoas aos investimentos predatórios em todo o mundo, o colapso ecológico – que também traz Ebola, SARS-CoV, MERS-CoV, Gripe A e o avanço da SARS-CoV-2, além do caos climático – representa uma ameaça sem precedentes às instituições que são a base do mercado global. Os primeiros dois trimestres de 2020 testemunharam aquilo que pode ser o futuro desse mercado: uma turbulência que pouco tem a ver com ciclos de negócios, e é determinada pelo caos.



Mineração de níquel em Sulawesi do Sul, Indonésia.
Foto: Shutterstock

O talento habitual de “administrar crises” por parte da infraestrutura das cadeias de valor do mercado global – que inclui a empresa de consultoria McKinsey e os principais assessores de Wall Street, bem como centros de reflexão – “think tanks” - em todo o espectro de blocos comerciais, BRICS e ONU/Banco Mundial, as milhares de empresas abrigadas sob o Pacto Global da ONU e seus tentáculos nos países, grandes industriais e magnatas sem escrúpulos dos novos mercados emergentes – está gerando as respostas habituais à crise que quase todas estão invariavelmente fracassando na tentativa de lidar com a perda da “ordem” temporal, desencadeada pela Covid-19. Apesar da mobilização apressada para retomar a produção, cujos melhores exemplos podem ser a indústria automotiva japonesa e os fornecedores da Apple na China, que começaram a preparar essa retomada no final de janeiro, a noção do espaço-tempo na palavra *Futuro* notavelmente se restringe a um não especificado “*depois que a ameaça de coronavírus desaparecer*”.

Em meio à fé abalada nas capacidades dos mecanismos de mercado e dos governos, aproveitar-se da atual interrupção do mercado para anunciar uma transição energética à economia de baixo carbono parece tão frágil quanto patético. Mesmo assim, a transição em si de “energia a base de combustíveis fósseis para energia a base de combustíveis não-fósseis” é uma proposição válido, mas que merece uma séria interrogação sobre o que tem por trás. Mais importante, se uma chamada deste tipo representaria ou não uma transição na economia à qual ela está servindo. Justiça deveria aplicar-se aos reais objetivos sociais-ecológicos, tanto quanto ao método e processo de retirada dos combustíveis fósseis da economia.

Examinemos mais de perto cada palavra da expressão “transição energética”. Como é

habitualmente usado, o termo tende a significar nada mais que uma alteração no tempo na composição das fontes energéticas que são um insumo chave para o caminho usual de crescimento econômico. A miséria, a exploração e a predação da vida relacionadas a este crescimento é ignorada.

Este tipo de abordagem voltado para o “lado da oferta”, nada tem a dizer sobre o urbanismo industrial pandêmico, que é a verdadeira fonte de demanda da indústria de energia. Tampouco há qualquer menção explícita à necessidade de uma transição radical, distanciando se do extrativismo como base fundamental, nem a uma incorporação séria da justiça a um novo entendimento do termo *energia*.

Sem exceção, qualquer avanço técnico ou reconfiguração da conversão/geração de energia – seja agrocombustíveis, energia cinética eólica ou hidrocínética, geotérmica, células fotovoltaicas ou baterias para veículos elétricos e armazenamento de energia – deve admitir sua dependência em relação ao extrativismo, que está se intensificando, sua cobertura geográfica e sua ecotoxicologia.

Para citar um exemplo, uma declaração de 2011, contida em um pacote sobre revolução energética do Greenpeace para a Ásia, mencionava que “com sua necessidade atual de eletrificação, sua condição geográfica e suas comunidades dispersas, Papua é o modelo perfeito para redes descentralizadas de energia renovável, prontas para serem aproveitadas hoje com vistas a alimentar o futuro”. Relegar a especificidade e os valores da condição humana e seu estilo de vida a um conjunto de objetivos técnicos externos propostos é, na melhor das hipóteses, problemático. Na verdade, para os dois lados da ilha de Papua e para as inúmeras pequenas ilhas que cercam a ilha maior, a energia – definida segundo seus componentes técnicos de geração, transmissão e distribuição – deve ser redefinida e entendida, antes, como uma questão socioecológica, o que ganha ainda mais importância diante da intensa busca por matérias-primas na região por parte da indústria de energia.

Como é absolutamente óbvio, nos garimpos de cobalto da República Democrática do Congo, nos desertos de metais raros da China, no corredor de Níquel-Cobalto de Celebes-Molucas-Papua da Indonésia ou o triângulo de lítio dos salares do Chile, da Bolívia e da Argentina, uma economia de baixo carbono atualmente em desenvolvimento traz consigo uma maior depredação socioecológica. Sob a geografia transformada da produção de commodities, o setor de energia também deve manter sua dependência em relação aos combustíveis fósseis, incluindo carvão, gás e combustíveis marítimos, além da concentração de terras e água e da intoxicação, tudo associado a suas operações.

Os custos socioecológicos dessa transição/revolução também sustentam a demanda por um imperialismo extrativista: países com grandes depósitos de novos “ouros”, como os minerais usados em baterias (cobalto, lítio, níquel, grafite e manganês) ficam reféns das exigências tecnológicas da energia verde. Na realidade, os rótulos de “limpa” e “suja” ou de “alta” e “baixa” emissão de carbono servem apenas como referência às classes de ativos industriais ou financeiros; permitem que corporações saem impunes dos crimes que cometeram.

A Indonésia é um bom exemplo. O país tem o maior potencial de energia geotérmica do mundo – e os maiores riscos de desastres causados por vulcanismo e sismicidade tectônica, induzida por atividades de mineração geotérmica. Nesse contexto, as finanças globais e o capital industrial que está por trás da corrida geotérmica que está acontecendo

andam de mãos dadas não apenas com autoridades públicas, mas também com lobbies industriais de carvão mineral e organizações ambientalistas politicamente influentes. Essa cooperação envolve a privatização do processo legislativo dos países e a criação de vários mecanismos com finalidade específica de investimento.

Da mesma forma, a expressão subvertida “restauração de ecossistemas” se refere, em muito, a um tipo de propriedade ou concessão empresarial para plantações voltadas à produção de agrocombustíveis ou celulose, que nada tem a ver com o bem-estar das florestas. Sob essa ótica, a transição ou revolução energética, no uso comum da expressão, está desencadeando um episódio sombrio do colonialismo: o maior apetite já visto por essa transição ou revolução energética vem dos países mais industrializados, enquanto as exigências para sustentá-la recaem sobre os países formalmente independentes, que são ricos em minerais e terras férteis.

“Transição” se torna uma palavra esvaziada, de critérios adequadamente especificados para processos e resultados socioecológicos. Assim como a medicalização da pandemia da Covid-19 ou a financeirização da mitigação das mudanças climáticas, nenhuma variante política da campanha do Novo Acordo Verde – New Green Deal - que seja centralizada no Estado e nas empresas serve para responder ao colapso socioeconômico acelerado. Como a transição se refere a uma sustentabilidade do industrialismo corporativo decidida unilateralmente, a “energia” – a outra metade das duas palavras da moda – continua escondendo o que está por trás dela, ou seja, uma energética particularmente selvagem a serviço da acumulação de riqueza através da destruição da vida dos seres da Terra. Desligar o motor continua sendo a tarefa social, de aprendizagem, de importância primordial.

Qual é o papel da indústria agroalimentar, e que atores estão por trás dessa enorme cadeia produtiva?

Silvia Ribeiro, ETC Group

A criação industrial de animais em confinamento (aves, suínos, bovinos) é uma verdadeira fábrica de epidemias – para esses animais e para os seres humanos. São enormes concentrações de animais aglomerados, geneticamente uniformes, com sistemas imunológicos debilitados, aos quais os antibióticos são administrados continuamente. E é por isso que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), eles são a principal causa de criação de resistência a antibióticos no mundo. Um terreno fértil para a produção de mutações mais letais de vírus e bactérias multirresistentes que, seguindo as rotas dos acordos de livre comércio, são distribuídos por todo o mundo.



O biólogo estadunidense Rob Wallace, autor do livro *Big farms make big flu* (*fazendas grandes produzem gripes grandes*, em tradução livre), documentou esse processo em

detalhe, analisando surtos de novos vírus de origem animal, a gripe aviária e suína, o ebola, o zika, o HIV e outros. Grande parte deles se originou em fazendas industriais, outros, em animais silvestres, como o coronavírus que causa a Covid-19, que viria de morcegos. Mas, até o momento, os estudos indicam que ele não teria chegado diretamente aos seres humanos, e sim através de intermediários. Segundo a composição genética, poderiam ser os pangolins, pequenos mamíferos que vivem na Ásia, mas o mesmo estudo indicou que podem ter sido outros animais, como os porcos. A organização GRAIN informou (1) a existência de megafazendas de criação de porcos em Hubei, província cuja capital é Wuhan.

Ao mesmo tempo em que o vírus da Covid-19 é detectado, as grandes fazendas de suínos da China são devastadas por outro vírus que afeta e mata milhões deles: o da peste suína africana (2) que, felizmente, ainda não se tornou infeccioso para os seres humanos, mas está crescendo na China e na Europa.

Embora seja grave, a relação da criação industrial de gado com epidemias/pandemias vai além das grandes fazendas e se estende a todo o sistema agroindustrial. Os vírus originários de animais silvestres atingem fazendas ou áreas rurais e urbanas, devido à destruição de habitats biodiversos, que poderiam ter funcionado como barreiras de contenção à sua propagação a partir de populações de animais silvestres.

Os principais responsáveis por essa destruição de ecossistemas são o sistema alimentar agroindustrial como um todo (monoculturas, criadouros, contaminação de solos e fontes de água), o crescimento urbano descontrolado e o avanço de megaprojetos nessas áreas, como mineração, barragens, estradas e corredores comerciais.

Também nesse contexto, o sistema alimentar agroindustrial tem papel fundamental na devastação da biodiversidade, pois a principal causa do desmatamento no mundo é a expansão da fronteira da agropecuária industrial. Segundo dados da FAO, ela causa, em média, 70% do desmatamento na América Latina e até 80% no Brasil.

Além disso, mais de 70% de todas as terras agrícolas do planeta são usadas para a pecuária (pastagem ou forragem), cuja maior parte tem escala industrial. Mais de 60% dos cereais plantados em nível global se destinam à alimentação de animais em confinamento. (3) E o que é ainda pior: as medidas dos governos de alguns países para controlar a pandemia de Covid-19 estão, na verdade, acelerando o processo de apropriação e concentração de terras nas florestas. As multinacionais da agroindústria, incluindo gigantes como a Bayer-Monsanto, estão entre as que se beneficiaram da pandemia, com enormes lucros, apesar da crise da saúde.

Portanto, atribuir o problema da pandemia ao consumo de carne de animais silvestres é um absurdo, e serve para desviar a atenção e nos impedir de enxergar o papel devastador do sistema agropecuário industrial de alimentos, que está gestando outras pandemias neste exato momento, já que nada mudou até agora. Pior ainda, as indústrias de processamento de carne foram focos de infecções de Covid-19 nos Estados Unidos e na Europa.

Por outro lado, a criação tradicional de animais domésticos, em pequena escala, descentralizada, camponesa e pastoril, ou o consumo tradicional de carne de animais silvestres dentro dos limites decididos pelas próprias comunidades fazem parte da sobrevivência de comunidades indígenas e camponesas, que mantêm e até aumentam a

diversidade, evitando pandemias. Além disso, são as redes camponesas (incluindo pescadores, pastores, hortas urbanas) que fornecem alimentos a 70% da humanidade, com menos de 25% da terra, da água e dos recursos. (4)

(1) GRAIN, Nuevas investigaciones sugieren que las granjas industriales, y no los mercados de productos frescos, podrían ser el origen del Covid-19, março de 2020, <https://www.grain.org/es/article/6438-nuevas-investigaciones-sugieren-que-las-granjas-industriales-y-no-los-mercados-de-productos-frescos-podrian-ser-el-origen-del-covid-19>

(2) GRAIN, Peste Porcina Africana: Un futuro cultivado en granjas industriales, una pandemia a la vez, março de 2020, <https://grain.org/es/article/6429-peste-porcina-africana-un-futuro-cultivado-en-granjas-industriales-una-pandemia-a-la-vez>

(3) Grupo ETC, Con el caos climático, ¿quién nos alimentará? ¿La cadena industrial de producción de alimentos o las redes campesinas?, 2014,

https://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/web_quien_nos_alimentara_con_notas.pdf

(4) Grupo ETC: ¿quién nos alimentará?, 2017, https://www.etcgroup.org/es/quien_alimentara

Como o Covid-19 impactou o processo de limpeza de derramamentos de óleo em Ogoni?

**Godwin Uyi Ojo, Environmental Rights Action (ERA)/
Amigos da Terra Nigéria**

Embora a limpeza e a recuperação da Ogonilândia tenham sido suspensas devido à pandemia, a perfuração e a exploração de petróleo e gás continuam sem problemas.

Apesar da pandemia, muitas empresas, principalmente no setor de petróleo e gás, bem como nas plantações industriais de dendzeiros, continuaram suas operações como “serviços essenciais”, enquanto o resto da sociedade nigeriana permanece em casa. Durante o confinamento, algumas Empresas Petrolíferas Internacionais não aderiram a protocolos simples

lançados pelo governo do estado de Rivers, contra a opinião do governo federal, para impedir a disseminação da Covid-19 – como, por exemplo, assegurar transparência na divulgação da situação de seus funcionários e garantir o distanciamento social.

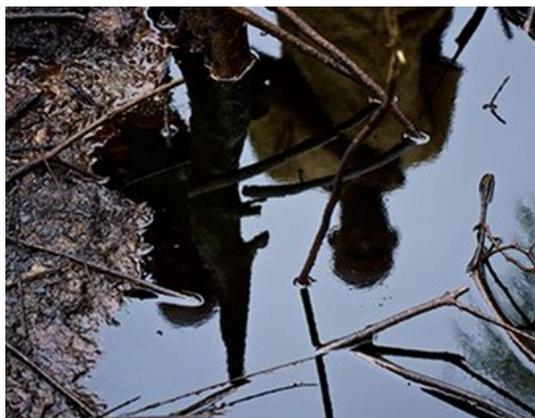


Foto: Amnesty International

Há mais de duas décadas, nove líderes ogonis foram executados por se oporem às operações da Shell em suas comunidades. Embora a produção de petróleo tenha cessado, os oleodutos operados pela empresa ainda atravessam terras e cursos d'água em Ogoni, fazendo com que a região ainda seja atormentada por vazamentos de óleo. Em 2011, um relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) expôs a intensa poluição causada pelo petróleo e os graves riscos à saúde em Ogoni, incluindo poluição da água potável. O relatório recomendou que a Shell limpasse todos os vazamentos de óleo pelos quais é responsável no Delta do Níger.

Uma recente visita para monitoramento de campo realizada pela ERA/amigos da Terra Nigéria aos locais poluídos de Ogoni, em abril de 2020, mostrou que a implementação das

recomendações do PNUMA foi revertida de várias maneiras. Enquanto os ogonis continuam sofrendo o impacto de um ambiente destruído pela poluição causada pelos hidrocarbonetos e da destruição de florestas tropicais e manguezais, a esperança de limpeza e recuperação é adiada, usando a pandemia de Covid-19 como desculpa para retirar os empreiteiros do local. No entanto, embora a limpeza tenha sido suspensa em muitos locais, a perfuração e a exploração de petróleo e gás continuam sem parar.

A pressão sobre o governo e as empresas de petróleo para que paguem seu compromisso anual de 200 milhões de dólares ao Fundo Regulamentar de Limpeza e Reabilitação diminuiu e sofreu um grande revés, já que as verbas para 2020 ainda não foram liberadas. Além disso, o alto custo do combate à pandemia e a dependência em relação ao petróleo e ao gás em um contexto de forte queda nos preços de exportação agravaram a situação, deixando o governo desamparado. Também se aliviou a pressão sobre o Projeto Poluição por Hidrocarbonetos e Restauração, o órgão governamental responsável pela limpeza, uma vez que a sociedade civil como um todo não teria condições de realizar normalmente suas ações e campanhas presenciais. Também foi adiada uma visita de fiscalização aos locais da poluição pelo comitê da Assembleia Nacional da Nigéria sobre Ecologia e Mudança Climática, enquanto se aguarda a suspensão do confinamento e das restrições a viagens interestaduais. O adiamento dessas fiscalizações pode afetar ainda mais a qualidade da limpeza.

Em Ogoni, há vazamentos de óleo em profundidades de até 5 metros, e eles já contaminaram o solo e as fontes de água. Essa poluição continua, apesar da interrupção da produção de petróleo decorrente de conflitos entre as comunidades e a multinacional Shell, que atua há décadas na região. Os rios e córregos permanecem poluídos, e as pessoas não foram beneficiadas nem mesmo por medidas adequadas de emergência e mitigação. A produção agrícola e a captura de peixes estão se esgotando, e as comunidades sofrem o impacto dessa destruição. A degradação ambiental acumulada continua sem solução, e os ogonis permanecem em dificuldades por causa disso.

As medidas adotadas para enfrentar a pandemia ajudaram movimentos e atores sociais a redirecionar a atenção à natureza do desenvolvimento e aos modos de produção e consumo, bem como a examinar as relações entre o Norte e o Sul globais. Ficou claro que há um grande desafio na crise de exploração excessiva dos recursos naturais do Sul pelo Norte, que está gerando degradação ambiental, mudanças climáticas e desmatamento, bem como conflitos violentos nos locais de extração e produção – não esquecendo os conflitos próximos às refinarias e às indústrias que usam esses combustíveis fósseis.

O mundo, principalmente o Norte global, precisa enfrentar o sistema injusto que se baseia na exploração e na acumulação em benefício de poucos, e que alimenta cada vez mais o consumo excessivo, principalmente no Norte global, enquanto exacerba disparidades e desigualdades sociais.

Novas visões de desenvolvimento(s) são necessárias para uma mudança de sistema que permita interromper a produção e o consumo excessivos, enquanto se constroem transições justas e transformadoras, de combustíveis fósseis para fontes renováveis de energia – um processo que a ERA defende atualmente na Nigéria. Isso significa que o mundo precisa mudar para uma economia que siga a ideia de “deixar o petróleo no solo”, o que protegeria o meio ambiente e a subsistência da população rural. É necessário interromper a privatização

constante das nossas terras, alimentos, água e fontes de energia, das quais as comunidades locais dependem.

Indivíduos e comunidades da Nigéria já estão apresentando alternativas que garantem um acesso justo e localizado às fontes de energia, produzindo e fornecendo energia solar fora do sistema oficial e mini-redes autônomas que lhes permitem controlar suas próprias fontes de energia. Por meio de mobilizações sociais que vão do local ao global, conscientização e construção de consenso, essas visões alternativas continuam crescendo.

RECOMENDADOS

Papua: Violência contra povos indígenas e defensores das florestas

O documentário *Selling out West Papua* (*Vendendo Papua Ocidental*, em tradução livre), exibido pela Al Jazeera, com reportagens associadas dos portais de notícias Gecko e Mongabay, revela como duas empresas coreanas, Posco e Korindo, estão se envolvendo em negociações corruptas na compra de muitas florestas para estabelecer plantações industriais de dendê em Papua Ocidental. Os impactos para as comunidades são devastadores. Assista ao vídeo em inglês, com legendas em bahasa, em <https://www.youtube.com/watch?v=cBbVu1ZOpYY> e leia mais em <https://thegeckoproject.org/the-consultant-why-did-a-palm-oil-conglomerate-pay-22m-to-an-unnamed-expert-in-papua-edb486651342>.

Comunidades e ativistas podem estar correndo risco de sofrer mais violências e represálias por parte de empresas e serviços de segurança. Apoie a carta que procura atrair atenção nacional e internacional para a situação em Papua. **A carta está disponível para assinatura em** (https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd5yRDwsisHMSMjLYiFAH4tkvoW9ZxhM8trHs_TBkY3_bvrpA/viewform)

Além disso, entre abril e junho de 2020, houve um aumento alarmante em incidentes de violência, prisões, destruição de propriedades, deslocamentos internos, intimidações e ameaças de morte contra povos indígenas e defensores do meio ambiente e dos direitos humanos. Entre os alvos, destacam-se o povo indígena Moskona, na Regência de Teluk Bintuni (abril de 2020), os indígenas Aifat, na região de Maybrat (abril-maio de 2020), defensores dos direitos humanos e ambientais em Kampung Ikana, Kais Darat, regência de Sorong do Sul (junho de 2020), e Kali Kao, no distrito de Jair, regência de Digoel Boven (junho de 2020), na província de Papua. Alguns incidentes envolvem violência recorrente contra defensores dos direitos humanos e ambientais. Veja o comunicado de imprensa da Fundação Pusaka Bentala Rakyat em <https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2020/07/PR-PUSAKA-Urging-the-State-and-Corporations-to-Protect-and-Respect.pdf>

Índia: O impacto da Covid-19 e dos confinamentos sobre as comunidades que dependem das florestas Adivasi (indígenas)

Em uma série de artigos, comunidades que dependem das florestas falam sobre a violação de seus direitos à floresta como resultado de medidas de governos permitindo a destruição de florestas em função de projetos de produção de energia hidrelétrica e do carvão, que foram aprovados ou acelerados na pandemia. Durante o confinamento, o Ministério do Meio Ambiente e Florestas aprovou grandes projetos industriais, de mineração, energia hidrelétrica, estradas e rodovias sem fazer a “devida diligência” e sem levar em

consideração as leis ambientais e a Lei de Direitos Florestais (FRA). Leia o boletim publicado pela rede CFR-LA (Community Forest Rights-Learning and Advocacy) na Índia, em inglês e em hindi.

IN: http://www.cfria.org.in/uploads_acrvr/QMGVJCovidAndForestRightsBulletin-June16-30.pdf

HN: http://www.cfria.org.in/uploads_acrvr/W0515VanAdhikarAurCoVID19Bulletin-June16-30.pdf

Superando a pandemia de Covid-19: lições da dulet

“*Dulet*”: Doença altamente transmissível trazida pelo *meginalaw* (espírito bom) para disciplinar os erros da humanidade.

Alim “Kim” Bandara, membro da Estrutura Política dos Povos Indígenas Teduray e Lambangian, no centro-sul de Mindanao, nas Filipinas, explica as muitas semelhanças entre a Covid-19 e a *dulet*. Neste artigo, Bandara explica como os Teduray e os Lambangian já enfrentaram situações semelhantes e as lições dessas experiências. Leia a publicação, em inglês, aqui. https://focusweb.org/wp-content/uploads/2020/07/08_Lessons-from-dulet-on-Covid-19-pandemic.pdf

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: **Boletim 250 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "COVID-19: Um alibi para mais opressão, controle corporativo e destruição de florestas"** (<https://wrm.org.uy/pt/>)

Assine o Boletim do WRM: <https://is.gd/E8bmEI>

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Você perdeu a última edição do boletim do WRM
“Áreas protegidas alimentando o lucro empresarial e a destruição”
[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>